

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Consultoria fiscal e de gestão

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH
Duas décadas a apoiar empresas



p/ 06 e 07.

Arte, Cultura e Inclusão de Mãos Dadas! Por José Governo
10 de junho. Por Cristina Passas, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

Ana Maria Evans, Analista Geopolítica

p/ 30.

CCP África do Sul. Um país à deriva e uma nota às legislativas
Por Vasco Pinto de Abreu

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 32.

Passagens Língua Portuguesa na Ásia. O prestígio de outrora
Por Joaquim Magalhães de Castro

p/ 38.

Artes & Artistas Lusos

Aníbal Raposo

p/ 44.

Ambiente Cidades Verdes. A Revolução Silenciosa
Por Vítor Afonso



Obra de capa

Artista Plástico: Michael De Brito

Dimensões: 40 x 30 cm

Técnica: Óleo sobre tela

Elliana

Enquanto a Mãe entoa um fado
que o meu Avô ensinou-lhe em criança,
os meus olhos seguem a andorinha
que cruza do velho carvalho
até ao topo do telhado do vizinho

Quero ser um pássaro,
voar tão alto
que possa ver todo
o azul do mundo

As árvores e os telhados
são lugares perigosos
para uma criança,
mas se eu tivesse asas,
abria-as com toda a força
e mostrava a todos
que sou mais forte
do que o vento, a chuva,
o sol deslumbrante

Ícaro não foi tolo
apenas jovem, e cheio de céu,
diz a minha mãe (...)

Marina Carreira
escritora



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Monteiro, Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, João Vieira, José Governo, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vítor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela

exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º 2, i) e j), artigo 75º n.º 2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo** ERC 127522 | **Edição** 54, junho 2025 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

O que dizer da Obra do Michael deste mês? Impossível ficar indiferente. Que linda a nossa Elliana! Abrimos esta edição com Arte, Cultura e Inclusão e damos início à viagem pelo Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que este ano tem um significado muito especial para a Descendências. Com o apoio do Instituto Diplomático, vamos publicar todos os anos duas revistas impressas com o título “Portugal no Mundo”, com o objetivo de destacar as principais instituições portuguesas e também personalidades de cada país. Este ano, Brasil e os Estados Unidos da América, foram os eleitos pelo IDI. Assim, no próximo dia 10, estarei em representação da Descendências na embaixada de Portugal em Brasília, para a apresentação pública desta luxuosa edição cuja importância ficou desde logo assinalada por uma forte adesão e interesse, não só de instituições como de personalidades, que contribuíram de forma preponderante para a qualidade dos conteúdos que apresentamos. Aproveito para agradecer a todos. Mas não quero desviar-vos desta magnífica edição que vos trazemos este mês, quase sempre homenageando o Dia de Portugal. Apresentamos uma empresa que tem muitos clientes portugueses emigrados, uma Grande Entrevista com a Análise

ta Geopolítica, Ana Evans (uma referência nestas matérias e uma simpatia que ninguém fica indiferente), que é absolutamente de leitura imperdível! Continuamos com as Comunidades, desta feita com África do Sul, vamos descobrir a língua portuguesa na Ásia, encantamo-nos com a sedutora voz de Aníbal Raposo (Valsa da Lua e do Mar, um pecado não ouvir), recuperamos a esperança numa revolução silenciosa das cidades verdes, sem esquecer os adoráveis jogos tradicionais, subimos a Mirandela para nos deliciarmos com as poéticas palavras gastronómicas — também em Mirandês — de António Monteiro, da saúde mental dos migrantes, da evolução da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo (prefiro a diáspora), do grito silenciado dos nossos emigrantes mundo fora, de um nome incontornável da fotografia nacional, Firmino Marques da Costa, da Joana Marques que deu a volta ao mundo, para regressar ao país que ama, da peregrinação na poesia, das regras de língua portuguesa para fecharmos com a política nacional. Digam lá, que viagem esta! Motivos de leitura quanto bastem para ocupar o seu tempo, na praia ou no campo, em tempo de férias ou não, porque ler faz realmente bem. Até julho. Brasil até daqui a pouco!



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| E M D E S T A Q U E

AILD

Arte, Cultura e Inclusão de Mãos Dadas!

A Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD) tem efetivamente tido um notável compromisso com a arte e a cultura, sempre com um olhar atento para a inclusão. É com enorme orgulho que nesta rubrica do “Aconteceu” se apresentam duas iniciativas que reforçam a missão da AILD em tornar a arte acessível a todos e promover um futuro mais justo e humano.

Realces: Arte para Tocar e Sentir

No passado dia 3 de maio, o Município de Guimarães e a Casa da Memória abriram as portas para a inauguração da exposição “Realces” e o lançamento do I Concurso Literário “REALCES”. O evento, que contou com uma vasta afluência e grande emoção, marcou um momento significativo para o projeto “Realces”, uma iniciativa pioneira da AILD.

O projeto “Realces” é uma experiência artística verdadeiramente inclusiva, criada para proporcionar a pessoas cegas ou com baixa visão uma oportunidade única de interagir com a arte através do toque. Esta segunda exposição tátil imersiva, intitulada “Emoções ao Toque”, convidou os visitantes a percorrerem uma variedade de pinturas com relevo e esculturas. A experiência foi enriquecida com informações em braille e audioguia, permitindo que tanto pessoas com deficiência visual como aqueles que gozam de boa visão (com o uso de uma venda) pudessem vivenciar a arte de uma forma profunda e sensorial.

Durante a inauguração, foi também oficialmente lançado o I Concurso Literário “REALCES”. Este concurso tem como missão fundamental fomentar a saúde oftalmológica junto de crianças e jovens, bem como sublinhar a importância da participação cultural de todas as pessoas, através da verdadeira acessibilidade à arte. Com esta iniciativa, a AILD dá um passo decisivo para o desenvolvimento de uma socie-

dade mais justa, empática, inclusiva e humana.

Eduarda Oliveira, curadora do projeto “Realces” e membro da AILD, resume a essência desta iniciativa com as suas palavras inspiradoras: “A beleza do sentir é uma capacidade, quase mágica, de fazer transparecer para o exterior a nossa essência e a da Arte. O projeto promove a divulgação e a acessibilidade à Arte, sendo igualmente abrangente na inclusão de relevantes vertentes sociais de bem-estar e educacionais bem como nas muito significativas abordagens no que respeita à Saúde numa perspetiva global, e na Saúde oftalmológica em particular.”

A AILD na Bienal Internacional de Arte de Gaia e em Guimarães

A AILD continua a marcar presença em eventos culturais de relevo. No passado dia 9 de maio, pelas 16 horas, a 6ª Bienal Internacional de Arte de Gaia 2025 foi inaugurada no Museu Municipal de Esposende. A AILD teve o prazer de participar neste evento com a artista plástica Ana Paula Berteotti e a curadoria de Jorge Braga, reforçando o seu papel ativo no panorama artístico internacional.

E as celebrações continuam! No dia 30 de maio, integrada na programação da Casa da Memória de Guimarães para 2025 e nas festividades do Dia de África, Ana Paula Berteotti inaugurou, na Loja da Oficina em Guimarães, uma exposição de esculturas da sua autoria, evidenciando mais uma vez a riqueza e diversidade da produção artística associada à AILD.

A AILD demonstra, assim, que a arte e a cultura são ferramentas poderosas para a inclusão e o desenvolvimento social. A revista Descendências Magazine aplaude estas iniciativas e aguarda com expectativa os próximos desafios que acontecem mês após mês, que colocam a AILD de mãos dadas com a arte e com a cultura.



José Governo
Diretor Executivo da AILD

É com grande honra e um profundo sentimento de pertença que, na qualidade de Presidente da Associação Internacional dos Lusodescendentes, conscientemente elegi para o mês Junho escrever sobre um dia tão significativo para todos: o 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Este dia, que anualmente nos une, transcende fronteiras geográficas e temporais. Não é apenas uma data no calendário, instituído em 1977 depois da revolução dos cravos, mas sim um pilar fundamental da nossa identidade coletiva, celebrando a riqueza da nossa língua, a profundidade da nossa cultura e a resiliência do nosso povo, espalhado pelos quatro cantos do mundo.

Em Portugal, o 10 de Junho é um feriado nacional que

celebra a alma de um país que, ao longo dos séculos, navegou oceanos, desbravou mundos e deixou a sua marca indelével na história da humanidade. É o dia em que recordamos com orgulho a figura imortal de Luís Vaz de Camões, o maior poeta da língua portuguesa, cuja obra “Os Lusíadas” imortalizou os feitos e as aventuras do povo português. A sua genialidade e a sua visão continuam a inspirar-nos, lembrando-nos da força da palavra e da capacidade de sonhar.

Mas o 10 de Junho é muito mais do que uma celebração em solo português. É, acima de tudo, o Dia das Comunidades Portuguesas. Para nós, lusodescendentes, e para todos os que fazem parte da vasta comunidade portuguesa, esta data assume um significado ainda mais profundo. É o reconhecimento oficial da importância das nossas comunidades

| A I L D

10 de Junho

espalhadas pelo mundo, que com o seu trabalho, a sua cultura e o seu amor por Portugal, mantêm viva a chama da portugalidade. É um momento para nos conectarmos com as nossas raízes, para transmitirmos a nossa herança às novas gerações e para reforçarmos os laços que nos unem, independentemente da distância. As celebrações do 10 de Junho são vibrantes, tanto em Portugal como nas comunidades. Em solo português, as cerimónias oficiais incluem desfiles militares, condecorações e discursos do Presidente da República, ou receções nas embaixadas. As atividades são adaptadas às realidades locais, mas mantêm o mesmo espírito de união e celebração. Mas este ano, o 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas assume-se como uma data que ficará na cronologia histórica da

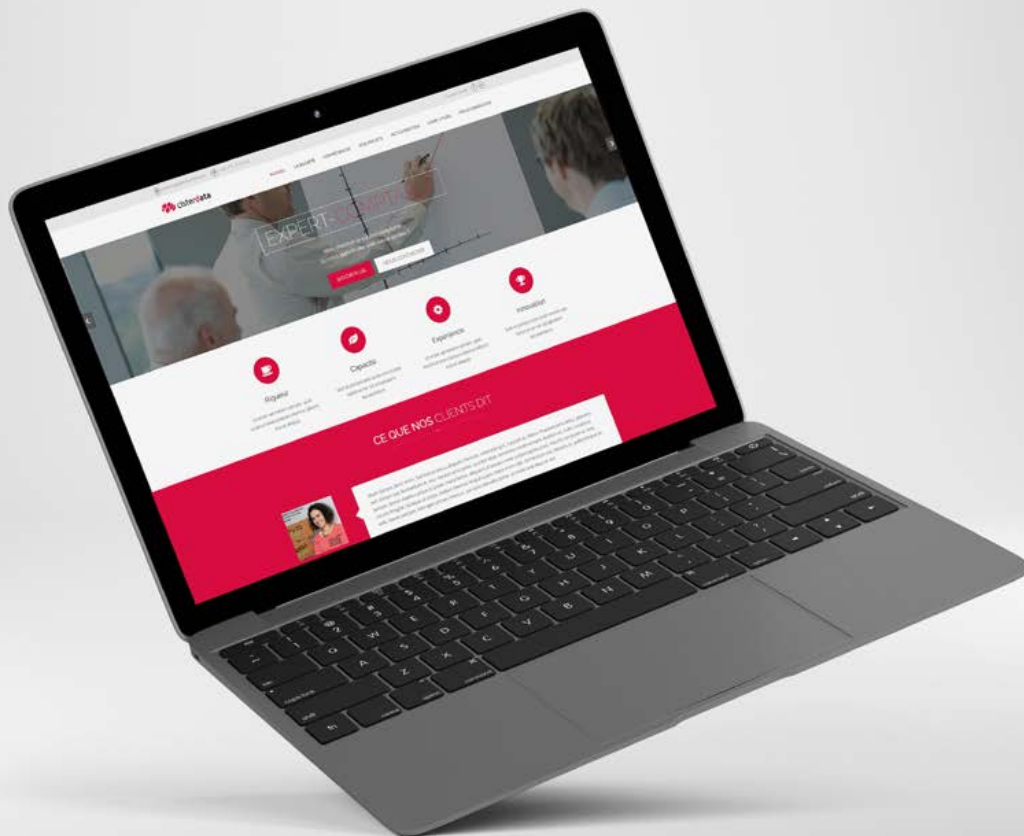
Descendência Magazine e da Associação Internacional dos Lusodescendentes, porque vai apresentar na embaixada de Portugal em Brasília a 1.ª edição impressa de Portugal no Mundo, uma revista de luxo onde destaca as principais instituições portuguesas e personalidades que marcaram o passado, marcam o presente e o futuro do Brasil.

Neste 10 de Junho, a Associação Internacional dos Lusodescendentes convida a todos para que celebrem este dia com orgulho e alegria. Que possamos, juntos, continuar a promover a nossa língua, a nossa cultura e os valores que nos definem. Que a nossa herança comum nos inspire a construir pontes, a fortalecer laços e a olhar para o futuro com esperança e determinação.

Viva Portugal! Viva as Comunidades Portuguesas!



Cristina Passas
Presidente da AILD



EMPRESA ASSOCIADA

Cisterdata

Pode-nos contar um pouco sobre o seu percurso profissional antes de se tornar CEO da Cisterdata?

O meu percurso profissional tem sido guiado por uma busca contínua por conhecimento e excelência. Desde cedo tive a oportunidade de trabalhar com clientes não residentes de várias nacionalidades, o que me levou a aprofundar o entendimento sobre a interação entre jurisdições estrangeiras e o sistema fiscal português. Esta exigência moldou a minha carreira e tornou-me especialista em acompanhar o investimento estrangeiro em Portugal, beneficiando de uma rede de parceiros que fui construindo ao longo de 25 anos. Iniciei a minha atividade como Contabilista Certifi-

cado, tendo colaborado com diversos gabinetes e empresas, onde consolidei competências técnicas essenciais à gestão do meu próprio gabinete. Essas experiências não só me prepararam para os desafios da profissão, como também me revelaram a importância de um serviço que vá além da assistência de um gabinete de contabilidade tradicional. Com o tempo, fui consolidando uma visão mais estratégica e integrada do papel que um gabinete de contabilidade deve desempenhar. Percebi que era urgente romper com o modelo convencional e criar uma estrutura que oferecesse mais do que conformidade fiscal. Assim nasceu a Cisterdata — com a missão de aliar know-how técnico, inovação tecnológica e um acompanhamento personalizado, sempre



Philippe Fernandes, Diretor Executivo da Cisterdata

focado no sucesso dos nossos clientes. A minha formação académica, complementada com cursos em gestão, fiscalidade e tecnologias aplicadas à contabilidade, tem sido fundamental para manter a empresa atualizada e preparada para os desafios do setor.

Acredito profundamente que o crescimento sustentável de uma empresa nasce das relações de confiança — com clientes, colaboradores e parceiros — e essa filosofia é hoje um dos pilares da cultura da Cisterdata.

Quais foram os principais desafios na criação e consolidação da Cisterdata?

O maior desafio foi conquistar a confiança num mercado saturado por ofertas indiferenciadas. Desde o início, tivemos de provar que oferecíamos muito mais do que serviços contabilísticos — oferecíamos inteligência estratégica e

acompanhamento real. A transição para ferramentas digitais e a formação das equipas e clientes para esta nova realidade foi outro passo desafiante, mas fundamental. Com foco na qualidade e uma abordagem resiliente, conseguimos consolidar a marca Cisterdata.

O que diferencia a Cisterdata no mercado e quais são os principais serviços que oferece?

A Cisterdata distingue-se pela personalização do serviço, pelo profundo conhecimento técnico e pela integração de soluções tecnológicas.

Prestamos serviços de contabilidade, consultoria fiscal e estratégica, apoio à criação de empresas e suporte contínuo à gestão. Apostamos numa relação de longo prazo com os nossos clientes, ajudando-os a crescer de forma sustentada — e crescendo com eles.



De que forma a empresa aposta na inovação para se manter competitiva?

Acompanhamos de perto as tendências tecnológicas e procuramos integrá-las rapidamente na nossa prática diária. Isso exige formação constante e também uma atitude autodidática, que cultivamos em equipa. A inovação está presente tanto nos processos internos como na forma como comunicamos e entregamos valor ao cliente.

Como define a cultura organizacional da Cisterdata?

A nossa cultura assenta na proximidade, empatia e inovação. Valorizamos o espírito de equipa, a ética, o compromisso com os resultados e a aprendizagem contínua. Procuramos criar um ambiente onde todos crescem juntos — colaboradores, clientes e parceiros.

Que estratégias tem adotado para o crescimento e internacionalização da empresa?

Temos crescido de forma orgânica, por recomendação de clientes e parceiros. Curiosamente, não temos sequer pre-

sença institucional na internet — o que demonstra o poder do boca-a-boca e da reputação construída com base na confiança.

A maioria dos nossos clientes não era residente fiscal em Portugal quando nos conheceu. O nosso modelo é baseado na excelência do serviço e na fidelização natural.

Como imagina a Cisterdata nos próximos cinco a dez anos?

Imagino a Cisterdata como uma referência de excelência para expatriados e investidores estrangeiros em Portugal. Não operamos num modelo “prêt-à-porter”, mas sim no segmento “sur mesure” — personalizado e sofisticado. Seremos, cada vez mais, um verdadeiro gabinete boutique, feito à medida das exigências de uma clientela internacional exigente.

Como sente a portugalidade? É um tema presente na sua empresa?

A portugalidade está no nosso ADN. Combinamos o melhor da cultura portuguesa com influências francesas, suíças e alemãs — muito apreciadas pelos nossos clientes. Valori-



zamos pontualidade, rigor, compromisso e palavra dada, no espírito da cultura beirã, onde um aperto de mão vale mais do que uma escritura. Somos embaixadores da cultura e da língua portuguesa, incentivando os nossos clientes estrangeiros a mergulhar e descobrir Portugal.

Como vê o projeto da AILD e quais as vossas expectativas?

Vejo a rede da AILD como uma oportunidade extraordinária para criar sinergias globais, partilhar experiências e colaborar em projetos de impacto. A Cisterdata pretende ser um

agente ativo nesta rede, contribuindo para uma nova forma de fazer negócios entre os lusodescendentes e os amigos da lusofonia.

Que palavra deixaria sobre a AILD relativamente a esta plataforma global?

A AILD é uma ponte entre culturas, uma alavanca para oportunidades e um espaço privilegiado para fazer nascer projetos com identidade portuguesa e vocação internacional. É de todos nós. A sua porta está aberta. Entrem.



João Vieira

Diretor Geral AILD - Negócios & Empresas

DESCENDÊNCIAS
MAGAZINE

GRANDE ENTREVISTA

ANA MARIA EVANS

ANALISTA GEOPOLÍTICA

Num mundo em rápida transformação tecnológica e geopolítica, Ana Evans sublinha que a Europa enfrenta um imperativo urgente: garantir autonomia nas matérias críticas e diversificar as suas parcerias estratégicas para contrariar a ascensão da China e a perda do tradicional eixo Atlântico. Para isso, destaca a necessidade de uma profunda revisão do modelo institucional e das políticas públicas, sobretudo no que toca à regulação, que se revela muitas vezes excessiva e desadequada perante a velocidade da inovação. Com uma experiência internacional vasta, que lhe conferiu uma visão plural e integradora, Ana Evans defende que só através da combinação entre inovação tecnológica, cooperação estratégica e educação rigorosa será possível preparar as sociedades para os desafios complexos do futuro.



© Tiago Araújo

A sua formação académica inclui uma licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, um mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de San Diego e um doutoramento em Government pela Universidade de Georgetown. Como é que esta combinação de estudos em diferentes áreas e contextos internacionais moldou a sua abordagem às Relações Internacionais?

Em primeiro lugar, tornei-me, em termos analíticos, uma pessoa muito holística e multifacetada, porque não é possível estudar áreas muito díspares sem, com isso, absorver diferentes metodologias, diferentes formas de analisar e diferentes modelos de pensamento. Portanto, acho que a pri-

meira coisa que diria é que tenho um pensamento que complementa áreas distintas, que é muito multifacetado e que trata as ciências como modelos complementares. Não olho apenas para uma disciplina; olho para todas as disciplinas que estudei ao longo da minha vida.

Uma questão muito importante é que olho muito para as instituições, para o papel que estas têm em determinar a forma como os Estados se comportam e as decisões que tomam. Também olho muito para a cultura — como é que é possível culturas diferentes terem posturas tão distintas, que vão desde a sociedade, o vestuário, a forma de estar, os valores, as ideias, as ideologias, a religião. Tudo isto contribui para uma visão mais compreensiva daquilo que são decisões que





refletem instituições e que refletem cultura. Por outro lado, o facto de ter estudado e vivido nos Estados Unidos durante uma década, e de ter contactado com diferentes culturas e diferentes nações, obrigou-nos também a perceber que tudo é uma questão de perspetiva. Eu nunca consigo ver apenas um lado da questão internacional. Tenho sempre de tentar compreender os dois lados. Há também a questão de não ser possível pensar apenas de uma perspetiva teórica. Sou uma pessoa muito pragmática e penso sempre naquilo que são os grandes desafios das empresas, os grandes desafios dos setores, as grandes apostas que os empresários têm de fazer quando tomam decisões de investimento — e tudo isso traz uma forma de olhar que é um bocadinho diferente. Enquanto muitos analistas veem, por exemplo, o Presidente Trump como alguém focado em transações, eu vejo a sua administração como uma administração com uma estratégia sustentada em preocupações comerciais, económicas e industriais, e que, com isso, faz grandes apostas em termos comerciais, financeiros e também económicos.

Durante o seu percurso profissional, teve experiências tanto na academia como em funções executivas, como o cargo de Chief Innovation Officer na Qualify Just_IPS. De que forma estas experiências práticas complementaram a sua investigação académica, especialmente na área da governação e prestação de serviços públicos?

Foi uma experiência num cargo executivo numa empresa que opera a nível multinacional. Naquela altura, a empresa já tinha operação em mais de 50 países, e o CEO da empresa, Pedro das Neves, acreditou no meu currículo e decidiu investir em alguém que vinha da vida académica para um cargo de Direção de Inovação. Aprendi muitíssimo durante o percurso empresarial. Aprendi a pensar muito naquilo que são as grandes decisões empresariais — decisões que acontecem todos os dias, relativamente a objetivos muito concretos do quotidiano, mas que também têm de ter em conta o médio prazo da empresa e aquilo que são a missão e os objetivos estratégicos a mais longo prazo.

Como diretora de inovação, tinha de procurar novos mercados, expandir as atividades da empresa, saber

em que nichos seria possível posicionar a empresa e, ao mesmo tempo, entender as políticas públicas relacionadas com o setor em que a empresa atua. Aprendi que, tal como estudamos na teoria académica, na vida prática temos de entender muito bem quais são os objetivos das políticas públicas do setor onde a empresa está a operar. No meu caso, tinha de compreender muito bem as expectativas em diferentes países, porque estávamos presentes em mais de 50 países e, portanto, tratava-se de perspetivas muito diversas. Tinha de entender os desafios de interoperabilidade entre sistemas, que são desafios cada vez maiores num contexto em que quase todos os setores são globalizados e implicam uma forte coordenação entre atores e entre diferentes países. Tinha também de me preocupar com as questões éticas relacionadas com a inteligência artificial e a sua utilização como suporte à decisão, e com a forma como nós, enquanto empresa, poderíamos lidar com estas questões e posicionar-nos num mercado cada vez mais digital, aplicando novas e inovadoras formas de aposta digital neste setor correcional. Tinha de olhar muito para além do óbvio. Portanto, tive a oportunidade de aprender muito.

Ao olhar hoje para a guerra na Ucrânia, como lê a evolução das posições europeias e ocidentais? Considera que a Europa continua a agir de forma reativa e pouco coesa ou já se vislumbra uma estratégia comum mais robusta?

Neste caso, há o papel que as instituições desempenham e há a influência que exercem sobre as decisões e sobre a própria capacidade de decisão. A União Europeia é um daqueles casos clássicos de um conjunto de países, culturas, organizações e instituições que se uniram, mas que ainda não conseguiram atingir aquilo que seria uma federação — uns “Estados Unidos da Europa”. Este problema de ainda não se ter alcançado uma verdadeira união de Estados, em termos setoriais, faz com que a política de defesa e segurança coletiva da União Europeia continue a ser uma questão subdesenvolvida. Trata-se de um setor que, institucionalmente, não dispõe dos mecanismos necessários para poder dar resposta e antecipar grandes questões de segurança. Portanto, a União Europeia terá sempre este handicap — esta incapacidade



© Tiago Araújo

cidade de desenvolver o tipo de infraestruturas de defesa que implicam uma enorme coordenação entre Estados. Estas exigem decisões muito complexas: que Estado investe em que tipo de equipamento, que Estado investe em recursos humanos, em forças armadas, que Estado investe em sistemas antibalísticos... Mesmo quando existe muito financiamento disponível, o problema é que não há uma estratégia coletiva — algo que, habitualmente, é promovido por instituições centralizadas. Conseguimos, ainda assim, avançar consideravelmente na velocidade da tomada de decisão precisamente sob a pressão da guerra na Ucrânia. A guerra obrigou a Europa a despertar. Mas uma coisa é ter capacidade de resposta e de criar consensos; outra, bem diferente, é dispor de uma instituição centralizada que tome decisões na área da Defesa. Há sempre uma grande inércia burocrática — mesmo nos Estados Unidos ela existe, inclusive ao nível do Congresso —, mas os nossos desafios são muito maiores porque não temos um Governo Federal único. Esta ausência de autoridade no setor da defesa coloca sempre muitos entraves e muitos desafios. No entanto, não deixa de ser admirável que se tenham conseguido muitos consensos e até com alguma rapidez.

Do ponto de vista militar e político, a Rússia tem demonstrado um esforço contínuo para sustentar a sua operação militar na Ucrânia, apesar das sanções e da pressão internacional. Considerando a atual situação no terreno e as dificuldades internas, qual é a margem de manobra que Putin ainda tem para manter este conflito em andamento? E que consequências podem advir de uma prolongada estagnação ou de um possível colapso militar?

A questão aqui, como sempre, gira em torno da China. Aliás, devo dizer que, quando lemos os documentos sobre a política externa americana durante a administração Trump, ou sobre as preocupações com a segurança nacional, tudo gira em torno da China. E, mais uma vez, é a China que tem as cartas naquilo que é o objetivo russo relativamente à Ucrânia, porque é a China que torna possível à Federação Russa manter este esforço e intervenção de guerra, apesar da diluição temporal. Já passaram mais de três anos em economia de guerra e, por exemplo, esta situação, num país democrático, seria catastrófica. No caso da Rússia, a administração do governo de Putin tem que se preocupar, acima de tudo, com aquilo que



© Tiago Araújo

são os seus grandes pilares — e esses pilares estão nas chefias militares e nas chefias oligárquicas. Mas há um limite a partir do qual, mesmo num regime autoritário, a população e, em particular, a classe média têm que se manter com um nível de satisfação relativamente estável, porque, se a classe média, devido ao esforço da economia de guerra, perder aquilo que são as suas expectativas e o seu estatuto, isso pode representar um perigo, a médio ou longo prazo, para o regime.

Ora, o que está a acontecer? A China, por um lado, está a proporcionar à Rússia, no âmbito da indústria de guerra, os componentes de que esta necessita — ou seja, equipamentos ou peças que podem ser utilizados tanto na indústria civil como na indústria militar. Aliás, existem corredores de trânsito e transporte entre a China e a Rússia que continuam ativos nesta transferência de bens da China para a Rússia. Por outro lado, a China é o maior consumidor de combustíveis fósseis do mundo e, como tal, precisa desses combustíveis; a Rússia vende energia à China e, assim, consegue, do ponto de vista financeiro, encaixar os proveitos dessas vendas e, simultaneamente, receber da China — e também do Irão — equipamentos, peças e acessórios para a sua indústria militar e civil.

O Irão, por exemplo, envia muita tecnologia, como drones, para a Rússia. Tudo isto permite que se continue a sustentar o esforço industrial de guerra e, até à data, não se nota que haja um grande protesto, quer ao nível da sociedade, quer ao nível dos pilares mais oligárquicos do regime.

O conflito israelo-palestiniano, particularmente com os desenvolvimentos recentes na Faixa de Gaza, tem gerado uma série de discussões sobre o papel das potências internacionais no processo de mediação. A política externa dos Estados Unidos, ao delegar uma maior responsabilidade para a resolução do conflito aos países árabes vizinhos, marca uma mudança significativa na dinâmica regional. Qual é a sua leitura dessa mudança e como acha que ela poderá afetar o processo de paz, a estabilidade na região e as dinâmicas de poder, sobretudo tendo em conta a crescente influência de potências como o Irão e a Arábia Saudita?

O Presidente Trump visitou a Arábia Saudita naquela que foi a sua primeira visita de Estado fora dos Estados Unidos. E o que observamos? Observamos que o Presidente Trump escolheu



© Tiago Araújo

visitar os países Árabes do Golfo. Não visitou Israel; visitou os países Árabes do Golfo. E Israel não aparece em nenhum ponto da agenda oficial da viagem. Isto tem um significado muito relevante. Para mim, como analista, o significado é, mais uma vez, o de uma corrida entre as duas grandes potências atualmente presentes no Médio Oriente. Quando pensamos em anteriores presidentes americanos, vemos que esses estavam preocupados em demonstrar, no contexto do Médio Oriente, a sua capacidade diplomática para alcançar grandes consensos — como, por exemplo, os Acordos de Abraão, que procuravam normalizar as relações entre Israel e alguns Estados Árabes. Mas, para mim, enquanto analista, a questão

central é a corrida entre os Estados Unidos e a China. A China, que é a grande preocupação transversal nos documentos de política externa e segurança norte-americana, tem vindo a reforçar significativamente a sua presença no Golfo e nos Estados Árabes. A China tem grandes investimentos nestes países e, como referi, sendo um consumidor ávido de combustíveis fósseis, compra petróleo tanto à Arábia Saudita como ao Irão. Se a China está presente no Médio Oriente, se é uma grande consumidora de combustíveis fósseis e se tem vastos investimentos na região, os Estados Unidos têm motivos sérios para se preocuparem. Têm necessidade de correr ao Médio Oriente para garantir o maior número possível de



© Tiago Araújo

parcerias — tanto ao nível da segurança como ao nível do investimento. Trump também quer transmitir à sua audiência doméstica a mensagem: “Meus amigos, fui ao Médio Oriente e trouxe biliões em investimento.”

A rivalidade entre os Estados Unidos e a China tem sido um dos principais motores de mudança no cenário geopolítico global. Como avalia a forma como esta crescente tensão entre as duas potências está a reconfigurar as alianças tradicionais, como a NATO, e a redefinir as parcerias transatlânticas? Considerando a ascensão de potências não ocidentais, como a China, qual será o impacto desta nova dinâmica sobre a ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente em termos de poder político, económico e institucional?

Estamos habituados, por vivermos na Europa, a ver o eixo do mapa-mundo centrado no Atlântico ou na Europa. Mas, nas relações internacionais — como em tantos outros domínios da vida — tudo depende da perspetiva. Esta nossa visão, herdada dos tempos áureos em que a Europa, ou o Oceano Atlântico, eram considerados o centro do mundo, deixou de fazer

sentido. Já não somos, de forma alguma, o centro do mundo. Somos, sim, um mercado muito importante, com cerca de 450 milhões de consumidores, mas estamos longe de constituir um Estado-nação único. E isso significa que continuamos sem conseguir tomar decisões conjuntas — sejam elas industriais, tecnológicas, de segurança ou de defesa — devido à existência de demasiados interesses divergentes dentro da própria Europa.

Ora, a China, que possui uma capacidade demográfica de dimensão titânica, não enfrenta estes problemas. Muito pelo contrário: adota uma variante de capitalismo de Estado. E, sendo essa a sua realidade, qualquer investimento externo na China tem obrigatoriamente o apoio de empresas com algum grau de orientação ou participação estatal. Isso confere ao Estado chinês uma capacidade de manobra estratégica — até em termos empresariais — que não encontramos no Ocidente, nem sequer nos Estados Unidos, que estão longe de conseguir rivalizar com essa agilidade.

No contexto europeu, uma empresa é completamente livre nas suas decisões estratégicas — obviamente dentro das condicionantes regulatórias, dos padrões internacionais, das harmonizações comunitárias, das exigências de financia-



© Tiago Araújo

mento, entre outras. Ainda assim, no essencial, é livre. Já no modelo de capitalismo de Estado chinês, o Estado intervém ativamente na definição da estratégia empresarial. Curiosamente — ou ironicamente — nos primeiros 100 dias do seu mandato, o Presidente Trump tomou decisões, através da sua autoridade executiva, que quase colocaram os Estados Unidos numa trajetória semelhante ao capitalismo de Estado.

A sua administração foi, desde cedo, extremamente assertiva nas políticas económicas e fiscais, aproximando-se temporariamente de um modelo mais intervencionista do que aquele que tradicionalmente caracteriza o capitalismo liberal americano. No entanto, como vimos, esse tipo de intervenção estatal não é sustentável por muito tempo num país com uma tradição profundamente liberal.

O apagão eléctrico que afetou recentemente Portugal e outros países da Europa levanta questões sobre a vulnerabilidade das infraestruturas energéticas, em especial em tempos de crescentes ameaças digitais. Com a possibilidade de ciberataques como uma das causas deste incidente, como avalia a preparação de Portugal e da União Europeia para enfrentar e mitigar ameaças híbridas, que combinam riscos tecnológicos e geopolíticos? Que medidas concretas considera essenciais para garantir a segurança das infraestruturas críticas no futuro?

Como já referi anteriormente, tanto a energia como os materiais críticos são utilizados como armas de arremesso. Aliás, os fluxos energéticos estão, de alguma forma, ligados aos grandes conflitos das últimas décadas. Creio que o grande



© Tiago Araújo

desafio que se coloca à Europa — e não só à Europa — é a necessidade de redefinir o próprio conceito de segurança. E essa redefinição não é apenas uma questão teórica. Reclassificar a energia e os materiais críticos como elementos de segurança nacional implica investimentos concretos por parte dos Estados. E sabemos que as políticas públicas operam sempre com orçamentos limitados. As Forças Armadas, por exemplo, são tradicionalmente consideradas um bem público — e todos nós, como contribuintes, pagamos para a sua existência através do Orçamento do Estado. O que se coloca agora é que o acesso à energia e a materiais críticos deve também ser encarado como um bem público. E isso exige uma redefinição profunda: quem paga, quem investe, de que forma e com que mecanismos, para assegurar que a sociedade tenha garantido, sem interrupções, o acesso a esses elementos críticos — sem os quais o funcionamento normal da vida coletiva deixa de ser possível.

A construção do túnel subaquático sob o rio Tejo, que ligará Algés a Trafaria, simboliza um passo importante para reforçar a conectividade estratégica de Portugal com o resto da Europa. Na sua opinião, que impacto poderá este e outros projectos de infraestrutura ter na posição geopolítica de Portugal dentro da União Europeia? E como vê a crescente integração do país nas redes de transporte e energia europeias, em termos de segurança energética, mobilidade transnacional e fortalecimento da sua capacidade geopolítica?

Para responder cabalmente a esta questão, seria necessário um estudo técnico profundo, porque estamos a falar de um tema absolutamente fundamental — e que, na minha opinião, ainda não foi suficientemente desenvolvido.

A verdade é que não estávamos preparados para um conceito de defesa e segurança nacional adequado à era da interoperabilidade digital, da hiperconectividade entre sistemas e



© Tiago Araújo

dos grandes desafios logísticos no transporte de bens da Ásia para a Europa. Não estávamos habituados a integrar o acesso imediato a bens críticos no domínio da segurança nacional. Ou seja, as grandes empresas que atuam nestes sectores não têm ainda uma parceria suficientemente bem definida com o Estado, no sentido de clarificar o que é que compete ao Estado garantir enquanto bem público e o que deve caber às empresas na sua relação com os cidadãos enquanto consumidores.

Há aqui dois níveis distintos: por um lado, o objetivo final da indústria, que é económico; por outro, a responsabilidade do Estado em garantir a segurança nacional. É precisamente esta interseção entre o interesse público e o interes-

se privado que precisa de ser redesenhada, tendo em conta os novos modelos híbridos de funcionamento das nossas sociedades. No caso português, é essencial repensar o que é verdadeiramente crítico do ponto de vista da segurança nacional e da segurança digital. Temos de rever o que é ou não permitido ao nível da nossa regulamentação sobre dados, a nossa capacidade digital, e quais são os riscos de interoperabilidade entre sistemas da União Europeia — sejam eles sistemas digitais, policiais, judiciais ou de defesa. São questões que exigem reflexão urgente, porque a noção de segurança nacional mudou. Estamos, de facto, no meio de uma revolução — não apenas industrial, mas também ao nível da defesa e da segurança.



© Tiago Araújo

A desinformação tem-se tornado uma ferramenta poderosa utilizada por vários atores, estatais e não estatais, para manipular a opinião pública e influenciar os processos democráticos. Quais são, na sua opinião, os maiores desafios que as democracias enfrentam hoje devido à disseminação de desinformação? E o que considera serem as melhores estratégias que as democracias devem implementar para proteger a confiança nas instituições?

O grande desafio, sem qualquer dúvida, é o da educação, especialmente tendo em conta que os nossos jovens estão completamente imersos numa realidade fictícia – a realidade do mundo digital. Aquilo que hoje me preocupa mais profundamente é algo

muito concreto: vemos a juventude – crianças e jovens – influenciada por personalidades das redes sociais, os chamados influencers, e a viver numa realidade digital onde a informação circula sem qualquer garantia ou certificação de credibilidade. São esses mesmos jovens que já começaram a votar e que, em breve, ocuparão posições de decisão. Não podemos ignorar que o nosso sistema educativo carece, com urgência, de um conjunto de instrumentos – disciplinas, metodologias, espaços de reflexão – que capacitem os mais novos com ferramentas para distinguir entre informação credível e conteúdo fabricado, manipulado e amplamente disseminado sem qualquer critério. Na minha perspetiva, enquanto analista e geoestratega, este é um dos temas críticos da sociedade ocidental atual.

Não estamos a dedicar atenção suficiente aos grandes riscos da desinformação digital, que se alastra de forma silenciosa, mas profundamente corrosiva.

Num momento de crescente pressão internacional sobre as questões de responsabilidade e transparência política, qual a sua avaliação dos atuais esforços para responsabilizar líderes políticos por crimes internacionais, como aqueles cometidos na Ucrânia e em Gaza? As instituições de justiça internacional, como o Tribunal Penal Internacional, estão preparadas para lidar com os desafios colocados por estes conflitos?

Os Estados têm de ser signatários destas instituições. Muitas delas contam apenas com um conjunto limitado de Estados signatários, ficando de fora outros países importantes. Além disso, a capacidade de implementação é bastante limitada, não só porque nem todos os Estados participam, mas também porque os recursos disponíveis para concretizar de forma consistente os objetivos e a missão destas instituições são escassos e frequentemente insuficientes.

Mais uma vez, é necessário repensar que tipo de modelos institucionais precisamos, a nível internacional, para garantir a paz e a segurança em contextos pós-conflito — que são, frequentemente, alguns dos maiores desafios que emergem das guerras. Estamos no meio de uma grande revolução tecnológica e digital, com a crescente importância dos materiais críticos e a nova dimensão da guerra através de ataques cibernéticos. Existem formas inovadoras de “tirar o tapete” aos Estados e de limitar a sua capacidade de garantir defesa e segurança, usando mecanismos que, até há poucas décadas, nem sequer existiam. Por isso, é fundamental reformular o nosso modelo institucional, o sistema de tomada de decisão e a capacidade tecnológica, para que estejam alinhados com os novos desafios que esta inovação traz.

Face às recentes declarações de líderes europeus como Emmanuel Macron, que defendem uma maior autonomia estratégica da União Europeia, como vê o futuro das relações transatlânticas? A UE conseguirá estabelecer uma postura mais independente da NATO, ou as tensões com os EUA irão agravar-se?

O eixo do mundo deixou de estar centrado no Atlântico. Por isso, a Europa tem de perceber que a grande prioridade dos Estados Unidos é impedir que a China os ultrapasse como principal potência mundial. Como os Estados Unidos já perderam a corrida pelo acesso e exploração das terras raras e dos minérios críticos, terão de investir fortemente nesse domínio. Além disso, terão também de investir muito para travar a expansão militar chinesa no Indo-Pacífico. Se a Europa se aproximar demasiado da China, será um erro geoestratégico grave. A Europa precisa da China para o comércio, isso é indiscutível, e deve manter relações de cooperação com aquele país. Mas tem de estar sempre consciente do seu posicionamento em termos de segurança coletiva e defesa. Uma dependência excessiva da China, do ponto de vista geoestratégico, seria um erro devastador. Nas Relações Internacionais, aprendemos que a dependência externa excessiva relativamente a pilares críticos da defesa, segurança e funcionamento industrial e económico representa um risco geoestratégico insustentável. Por isso, a Europa terá de refletir cuidadosamente sobre o seu posicionamento.

Com base na sua experiência, quais são as principais tendências emergentes que deverão moldar o futuro das Relações Internacionais nas próximas décadas, especialmente em relação à ascensão de novas potências e o fortalecimento das alianças regionais?





© Tiago Araújo

A Europa tem de apostar fortemente nos materiais críticos, diversificar as suas fontes e estabelecer parcerias claras — económicas, infraestruturais e de investimento — que garantam o acesso diversificado a fontes energéticas, matérias críticas e terras raras. Isto, para mim, é indiscutível. Não pode ficar demasiado dependente da China.

Um dos motivos pelos quais a China ganhou esta corrida global pelas matérias críticas e infraestruturas foi não impor condições relacionadas com a democratização dos países autocráticos e cujos mecanismos de governança dificultam o desenvolvimento económico e sustentável. A China pensou sempre em primeiro lugar no seu interesse nacional e apostou no domínio global das cadeias de suprimento de materiais críticos para indústrias com componentes

tecnológicos, desde o ponto de origem (i.e. infraestruturas e operações de extração) até à entrada dos bens nos países destino final. Neste contexto, o verdadeiro desafio para a Europa continua a ser a redefinição das estratégias de segurança nacional e europeia, garantindo investimento e financiamento direto para assegurar parcerias fundamentais com diversos países e agentes económicos, de modo a garantir o acesso contínuo a todas as matérias críticas de que necessitamos.

Finalmente, que conselho daria aos jovens que desejam seguir uma carreira em Relações Internacionais, considerando a complexidade e os desafios do cenário global atual e que competências considera indispensáveis?



© Tiago Araújo

Manter um espírito crítico é fundamental. Algo que considero muito importante para os jovens é a curiosidade. Lembro-me, quando tinha a idade dos meus alunos, era extremamente curiosa (e continuo a ser!).

Quando fui estudar para os Estados Unidos, em 1993, estava sempre a observar e a tentar aprender. Uma das experiências mais marcantes da minha vida foi que, naquela década em que vivi nos EUA, tinha contacto diário com pessoas que se tornaram muito famosas e receberam prémios Nobel, e reparei que estavam sempre a fazer perguntas – dirigidas até àqueles que eram muito jovens, como eu – e ouviam as respostas com muita atenção. Para os jovens de hoje, que passam demasiado tempo nas redes sociais, na internet, diria que é essencial saber ler, escrever, estruturar o pensamento, questionar diferentes perspetivas, estar abertos a novas informações, não aceitar nenhum tipo de fundamentalismo, e

ter a capacidade de ouvir pessoas com experiências e opiniões diversas e aprender com todas elas. Para quem quer praticar relações internacionais, estas são competências absolutamente fundamentais. Se não formos capazes de ouvir a perspetiva do outro, nunca conseguiremos dialogar ou chegar a consensos.

Vivi onze anos seguidos fora de Portugal, e uma das coisas que me entristecia quando visitava o nosso país era verificar que ninguém me perguntava o que eu tinha aprendido sobre os lugares onde vivi, qual a minha análise sobre os temas que preocupavam as pessoas desses lugares. Sempre tive a curiosidade de entender como o outro pensa. Acho que essa curiosidade desenvolve uma mentalidade ecuménica e uma certa identidade comum com todos. Acabamos por ficar um pouco “fora da caixa”, sem ver o mundo em preto e branco, mas sim com uma perspetiva mais rica, plural, e agregadora, pela paz.

PORTUGAL NO MUNDO
A S I L

BRASIL



| CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

África do Sul

Um país à deriva e uma nota às legislativas



© depositphotos

Vou tentar dar aqui uma perspetiva, não exaustiva, sobre a atual situação que se vive neste grande País da África Austral, uma potência regional que há muitos anos anda nas bocas do Mundo, primeiro por causa do regime do “apartheid” e, ainda recentemente pela cena, digamos caricata, na Sala Oval da Casa Branca entre os Presidentes Trump e Ramaphosa dos

Estados Unidos e da África Sul, respetivamente. Ora, como cidadão e residente deste País há 40 anos, permitam-me que dê a minha opinião pessoal, e só isso, sobre o estado da República Sul-Africana e da larga Comunidade Portuguesa. Quanto às acusações de genocídio dos agricultores brancos, digo, desde já, que no verdadeiro sentido da palavra ele não

existe. Os agricultores vivem em grandes propriedades e estão, é verdade, vulneráveis a assaltos de gangues organizados que veem neles um alvo fácil. É verdade que, na maioria dos casos, a violência é tal que se pode inferir que alguma forma de vingança contra a raça branca existe tendo em conta que, segundo apoiantes do Congresso Nacional Africano (ANC) e os Lutadores pela Economia Livre (EFF), beneficiaram do antigo regime e “roubaram” as terras da maioria negra. Esta teoria, além de falsa, vai contra as necessidades do País e contra o pensamento de Nelson Mandela e a sua “Nação do Arco Íris” onde todos teriam o seu lugar e contribuiriam para um País Multirracial. Mais grave, caso estes agricultores abandonem as suas propriedades, muitos deles lusodescendentes, poderemos vir a ter uma situação igual ao Zimbabué ou das antigas colónias portuguesas que de autossuficientes, ou quase, passaram a importar quase todos os bens alimentares. Aliás, a África do Sul é um País exportador de cereais, fruta, carne e muitos outros bens. Fez bem o Presidente Trump em chamar a atenção a Ramaphosa para este aspeto, mas o que se pedia era que quem o informou não tenha tido o cuidado de lhe disponibilizar factos verdadeiros e não introduzisse algumas falsidades ou exageros vindos das redes sociais. Estas redes, muitas vezes, espalham as ditas “Fake News”, que muitos tomam como verdadeiras, um problema que se espalha por outras áreas.

A Comunidade Portuguesa está, na sua grande maioria, tranquila e segue com a sua vida empresarial ou de trabalho, sem pânico, mas com alguma apreensão. Os problemas de segurança persistem, mais de 27000 assassinatos, muitos raptos (alguns de empresários portugueses ligados a talhos), roubos, etc. A corrupção, incompetência e falta de treino das Forças de Segurança são uma praga que não é combatida, estendendo-se a todas as esferas do Governo, Função Pública e Municipalidades.

Os nossos jovens, e não só, veem-se discriminados quando procuram emprego. Há leis que impedem a contratação de brancos em todos os sectores, principalmente no Estado, sendo praticamente impossível serem contratados. Os próprios empresários estão obrigados, nas grandes e médias

empresas, a terem sócios que em nada contribuíram ou contribuem para o seu sucesso, com o chamado Empoderamento Negro, obrigando a dar no mínimo 30% da quota da sua empresa, sem receber um cêntimo por essa percentagem. Por estes, e outros, motivos temos vindo a assistir a uma redução drástica do número de portugueses neste País, até porque é difícil hoje em dia obter um visto de residência na África do Sul e, estou certo, não haverá também interesse devido à insegurança que aqui se vive. Suspeito, sem ter números oficiais, que a Comunidade será hoje metade do que já foi. Emigração, desaparecimento das gerações mais velhas, regresso a Portugal serão algumas das razões para esta diminuição.

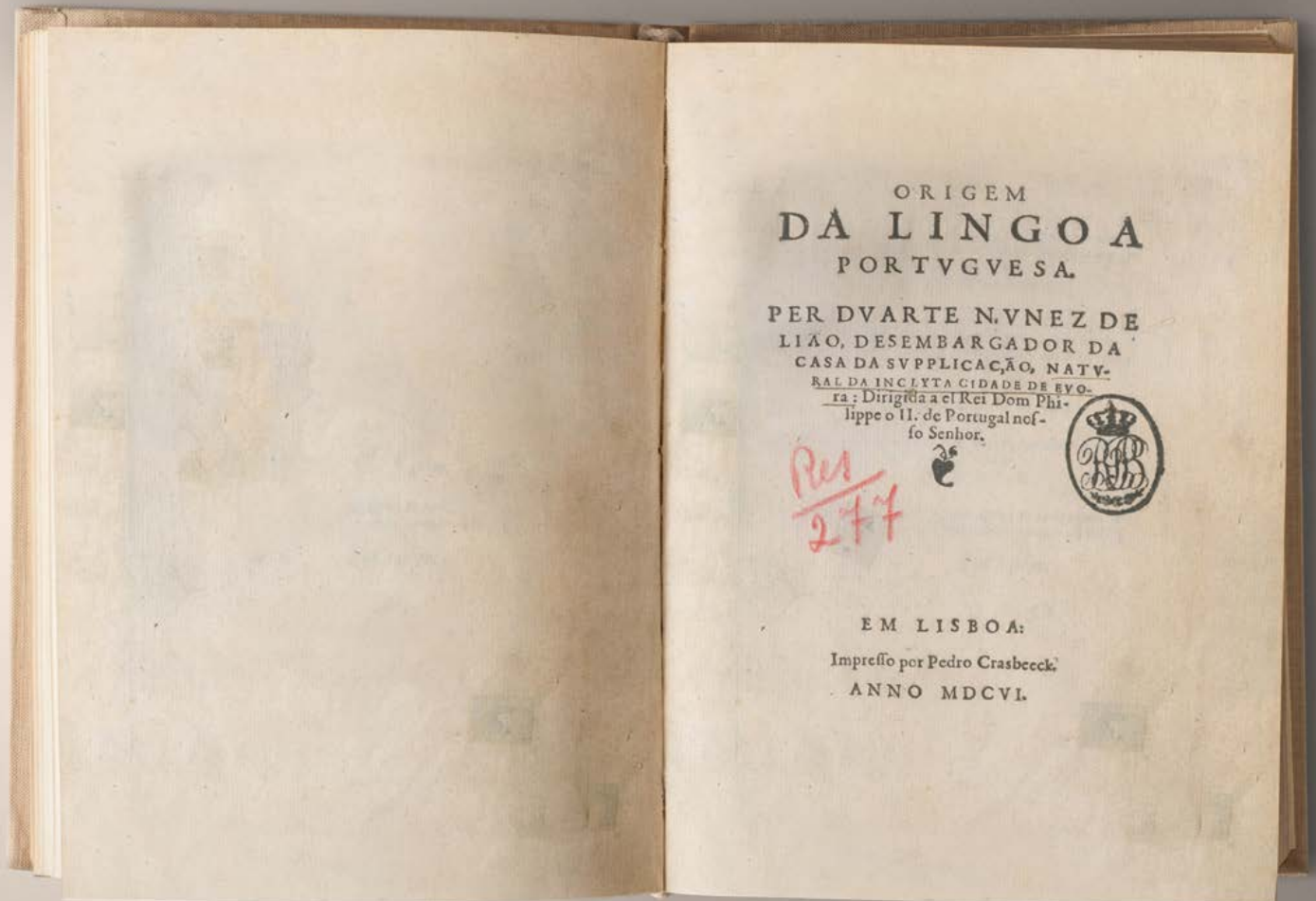
Eleições Legislativas

Como Conselheiro das Comunidades não posso deixar de assinalar o fiasco, no que diz respeito, às últimas eleições de 18 de maio quanto ao processo de votação dos Portugueses Residentes no Estrangeiro, com maior acuidade no Círculo Fora da Europa. Está na hora dos principais partidos, sem exceção, acolherem de uma vez por todas as sugestões do Conselho das Comunidades Portuguesas implementando, em paridade, os votos presencial, postal e eletrónico em mobilidade, sem qualquer diferenciação e presentes em todas as eleições. Os Cadernos Eleitorais desmaterializados permitem-no e qualquer uma dessas modalidades é fiável e verdadeira. Estando a escrever este artigo dois dias antes da contagem dos votos da emigração, a África do Sul contabiliza 2 (dois) envelopes recebidos de mais de 24 000 enviados. Isto é uma fraude, o voto é um direito de todos nós. Quando os cidadãos são impedidos de votar, os resultados não refletem a vontade da maioria, mas sim daqueles que conseguiram receber o envelope com o seu voto. Quem poderá garantir que os resultados seriam os mesmos? Ninguém... mas ainda há quem não queira que os 1,6 milhões recenseados tenham a sua vida facilitada quando são chamados a exercer o seu direito de cidadania.

Antes de terminar, quero deixar aqui o meu agradecimento à revista “Descendências” por esta oportunidade e saudar, desde Joanesburgo, todos os seus leitores e colaboradores.



Vasco Pinto de Abreu
Conselheiro das Comunidades Portuguesas



PASSAGENS

Língua Portuguesa na Ásia

O prestígio de outrora

Ao longo de vários séculos foi o crioulo português de Batávia (actual Jacarta) simultaneamente língua franca e língua de prestígio utilizada por mestiços e indígenas como forma de afirmação social. Testemunha disso mesmo o registo deixado pelo corsário suíço Elié Ripon, que começou a sua aventura asiática em Java, em 1618, tendo regressado a Europa em finais de 1627. Entrementes, combateu em terra e no mar contra portugueses, espanhóis, ingleses, piratas e indígenas. Referindo-se a um ataque a Batávia, em 1619, profere: “não víamos ninguém, apenas ouvíamos as vozes dos portugueses que gritavam “Jesus! Virgem Maria!”.

Já em 1596 os holandeses, futuros senhores daqueles domínios, depararam em Jacarta com um syahbandar (autoridade portuária) falante de português. O facto permitiu-lhes aperceberem-se da importância comercial dessa cidade. Seria, de resto, a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) a fomentar o uso do português em Batávia, incapazes os holandeses de implementar o seu próprio idioma nas escolas a fim de converter e catequizar as crianças locais. E como urgia a tradução completa da Bíblia para português reinol, foi incumbido o calvinista português João Ferreira de Almeida de realizar essa tarefa. A obra seria publicada em Amsterdão, no ano de 1681, pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. A VOC viria, inclusive, a integrar diversas palavras portuguesas no seu vocabulário, tais como: aguade (aguada); alfandigo (alfândega); armada; calcula (cálculo); fetor (feitor); gastos; porto; e seguro.

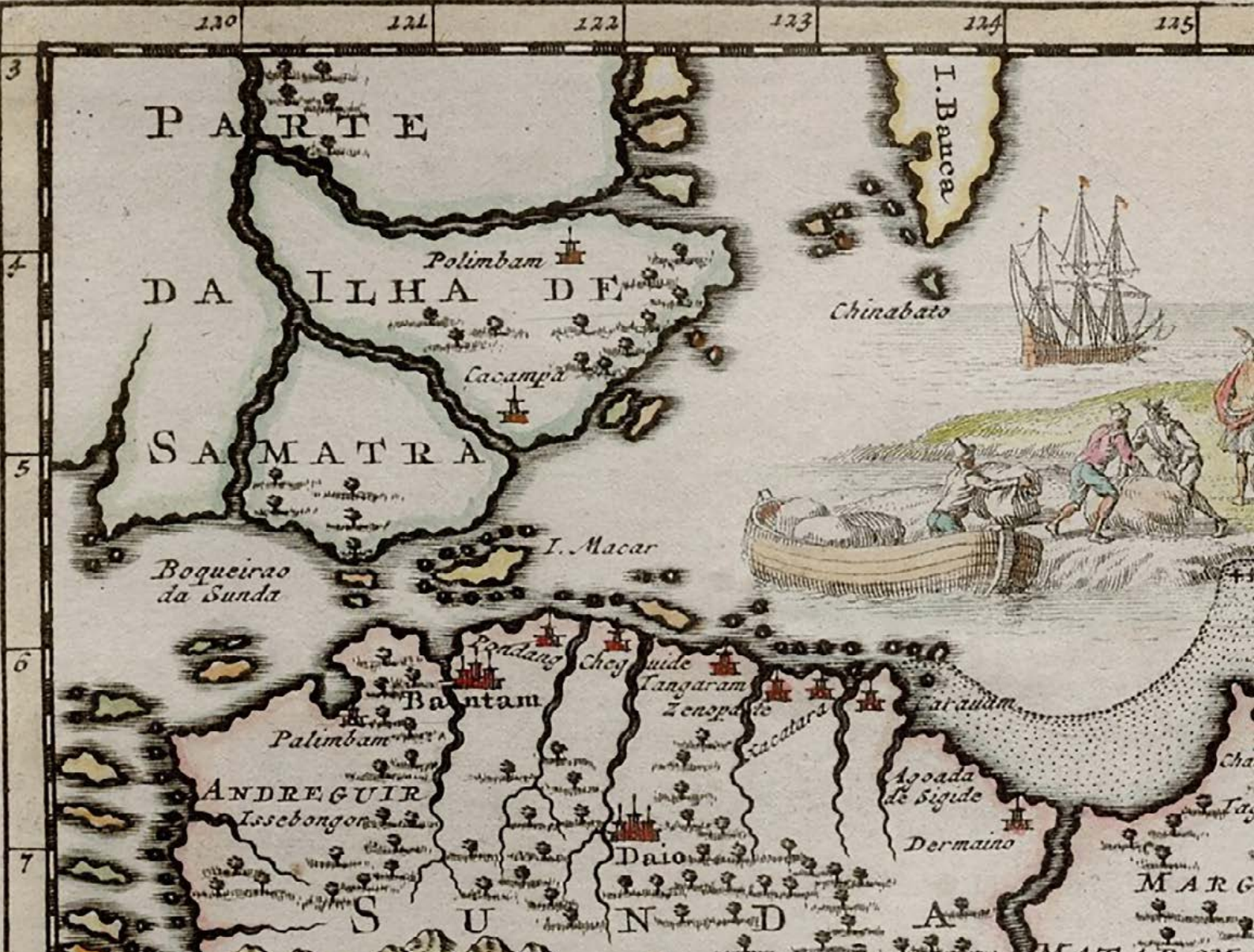
Para conseguirem um bom domínio da língua portuguesa, à semelhança do que há muito tempo vinham fazendo compatriotas seus, os funcionários da VOC utilizavam-na sempre que podiam. Escreve Duarte Nunes de Leão no seu Origem da Língua Portuguesa com data de 1606: “Os homens desses Estados (Flandres) tanto pretendem saber a língua portuguesa, por o muito comércio que com os Portugueses têm, que todos os anos, nas naus que a Portugal vêm, continuamente mandam muito número de moços, filhos de mercadores e tratantes, a aprender a língua portuguesa, e serve só pelo prémio de a saberem”.

As vitórias holandesas em Malaca (1641) e Macassar (1667)

constituíram um rude golpe no uso da língua portuguesa, mas ela resistiu. No sul das Celebes, por exemplo, foi o idioma de correspondência na corte dos sultões de Macassar até, pelo menos, ao final do século XVII. Notava, em 1613, o viajante inglês John Jourdin, que o sultão de Macassar se exprimia “fluentemente em português” e também o utilizava na correspondência que mantinha com D.Filipe III, como o documento uma carta datada de 1637 e redigida pelo seu secretário Francisco Mendes, que seria seu primo (pois tinha-se casado com uma princesa de Macassar) ou talvez até um dos filhos que tivera com uma mulher portuguesa. Activo entre 1637 a 1656, Francisco Mendes estava encarregado de tratar da correspondência com o reino de Portugal.

Outro membro da expedição de Jourdin, Henry Middleton, recorreu ao português para escrever uma carta ao Grão Mogol, redigida algures no Mar Vermelho a 18 de Maio de 1612. Em 1639, Sultan Alludin, primeiro rei de Gowa (sul das Celebes), escreve em português ao monarca inglês Carlos I, e Pattingalloang (1600-1654), ávido coleccionador e leitor de livros europeus, era fluente em português e espanhol. O padre Alexandre de Rhodes, que o conheceu em 1646, dele disse o seguinte: “quem o ouvisse falar sem o ver pensaria que se tratava de um português, pois falava a língua tão bem com um habitante de Lisboa”.

São inúmeros os exemplos desse verdadeiro acto de resistência linguística na região. Em 1669, o rei do Camboja escreveu em português ao rei da Dinamarca, assim como faria mais tarde, em 1776, o rei do Sião. Também em português se exprimia o sultão do Brunei, Muhammad Kanzul Alam, na carta datada de Junho de 1809 e enviada ao governador de Macau, José Osório de Castro Cabral e Albuquerque. O mesmo se passava com os soberanos de Palembang (sul de Samatra), caso de Pangeran Seda Ing Kenayan, que redigia cartas em português, e um sucessor dele teve um secretário de origem portuguesa chamado Pascoal Rodrigues de Andrade, a quem ditava missivas em malaio. Há vários documentos que comprovam a presença na corte de luso-asiáticos aí nascidos e que desempenhavam funções de tradutores-intérpretes, tanto na cortes samatrenses de Palembang como nas de Jambi.



São conhecidas as rivalidades e lutas travadas entre achéns e portugueses, mas também houve momentos de aproximação e mútua convivência. Um coisa é certa: a chegada dos portugueses veio destronar o malaio como língua franca na região, o que aconteceu a partir de 1525-30. Pouco tempo depois surgem cartas redigidas em português pelos monarcas de Pedir, em Samatra, e Ternate e Jailolo, nas ilhas Malucas. A entrada em cena dos holandeses não alterou, nesse domínio, o panorama. Em 1601 o príncipe Maurício de Nassau escreveu em espanhol a Alluddin Riayat Syah, sultão do Achém, e este respondeu-lhe em português.

Embaixadores, intérpretes e missionários

Nomeado para o cargo pelo capitão Fernão de Albuquerque, Afonso Vicente, “casado e leal à coroa”, seria o primeiro embaixador luso a estabelecer residência na corte do Achém. Ali viveu até 1602, como nos dá conta o piloto Jonh Davies. Informa ainda este inglês, em 1599, que Vicente ostentava “o título de Dom” e tinha como principal tarefa evitar que os holandeses se estabelecessem naquelas apetecíveis paragens. Aliás, o português seria acusado pelos homens da

VOC de ter sido o incitador da surtida aos navios da armada de Cornelius van Houtman, na sequência da qual viria a sucumbir esse almirante. Anos antes, em Lisboa, sob a capa de mercador, o hoje intitulado “descobridor do caminho holandês para as Índias”, reunira todas as informações necessárias para seguir as nossas pegadas a Oriente e aí obter o tão desejado provento. Como se vê, de “descobridor” Houtman nada teve.

Apesar de tempos a tempos serem cordiais as relações entre portugueses e achéns, por força dos interesses, muito longe estávamos de uma relação de amizade. A frase do Hikajat Atjeh define bem o relacionamento dos nossos mercadores com o soberano de Achém: “E o chão brilha reflexos vermelhos, verdes e amarelos, como se fossem estrelas no firmamento. E todos os pequenos calhaus da praça resplandecem por causa do brilho dos diamantes que usa Perkasa Alam [o verdadeiro nome de Iskander Muda]. E todos os Franguesinhos [portugueses] correm a apanhar os calhaus, julgando tratar-se de jóias. Mas quando Perkasa Alam se afasta um pouco, os calhaus deixam de cintilar e os Franguesinhos abrem as mãos para os deitar fora. E toda a gente deitou a rir estrondosamente como se fora um trovão no céu”.



Entre os luso-asiáticos que ganhavam a vida como intérpretes no mundo malaio constam os nomes de Domingos Vale, nascido em Cochim, e de um tal Pedro Ferreiro, natural de Goa. A este último pediu o sultão Iskandar Muda que traduzisse para português uma carta destinada a Luís XII que a 27 de Julho de 1621 seria confiada ao viajante francês Beaulieu. Na segunda metade do século seguinte, o inglês Thomas Forrest, reincidente naqueles domínios, diz que “o Sultan Oola Odine” [Sultan Allauddin Muhammad Syah (1781-1795)] falava francês e português. Ao que consta, aprendera essas línguas aquando da sua estada nas ilhas Maurícias, em rota para Meca onde fora, como bom muçulmano, cumprir a obrigatória peregrinação. Embora Portugal nunca tenha tido qualquer feitoria no Achém, a língua de Camões sempre esteve presente nos documentos locais. E isto pelo século XIX adentro, como o demonstra uma declaração do governante da região de Susu, na costa oeste de Samatra. Na verdade, a língua portuguesa estava, já nessa altura, perfeitamente instalada na corte do Achém. Entre os vários exemplos disponíveis há “uma carta redigida a propósito da venda de um escravo” e uma carta

“do sultão do Achém, Sultan Johor al-Alam Syah”, ao governador-geral de Bengala e demais estados britânicos da Índia. Não era só a língua que marcava presença. De 1808 a 1816 residiu no Achém o comerciante Carlos Manuel Silveira, desempenhando a prestigante função de “conselheiro do sultão”.

Nesse universo diplomático tiveram também predominante papel os homens religiosos. O período de tréguas e bom relacionamento comercial do Achém com Malaca registado entre 1589 e 1604, deve-se aos esforços de frei Amaro de Jesus, mas também de Tomás Pinto e Afonso Vicente, abondos comerciantes de Malaca. A razão desse desanuiamento conta-se em duas penadas: em 1592, naufraga junto costa de Samatra um navio português. A bordo segue o bispo de Macau, que o sultão Alauddin Riayat Syah al-Mukammil recolhe juntamente com os restantes passageiros. Entre estes, temos o agostinho Amaro de Jesus, nascido em Malaca. Posto que este falava malaio, o sultão trata de o enviar a essa cidade “com oferecimentos de paz e mostras de boa vontade”. Seguir-se-iam trocas de várias embaixadas, tendo Amaro de Jesus servido de embaixador do sultão por duas ocasiões, em



1600 e 1603. Era de tal excelência a sua relação com o sultão que este lhe atribuiu o título de Bintara Orang Kaya Mahara-jalela Putih. Ou seja, e por partes, bintara (arauto ou mensa-geiro), orang kaya (título honorífico), maharajalela (próximo do sultão) e putih (homem branco). Este foi, sem dúvida, um relacionamento sem paralelo nos anais da diplomacia portu-guesa na região.

Mais a sul, em Bali, parecia haver receptividade quanto a uma eventual presença de missionários na ilha, facto que te-ria sido transmitido a alguns mercadores que lá aportaram em 1630. Face a essa perspectiva, o reitor do colégio jesuíta de Malaca informou ao vice-provincial em Cochim e, “com custos suportados pelo capitão da fortaleza D. Álvaro de Cas-tro armaram-se dois navios com destino a ilha”. Porém, quando aí chegaram, em fins de Abril de 1635, distinto era o ambiente. Mostrava-se agora avesso aos missionários o rei, e apenas lhe interessava o comércio com Malaca. Na verdade, o

seu interesse inicial devia-se à necessidade que tinha da aju-da militar dos portugueses, pois era pressionado pelos rivais javanese que a todo o custo tentavam islamizar o último, ainda hoje, reduto hindu no arquipélago malaio. Além disso, a intriga holandesa também ajudou. Protagonista deste epi-sódio, o jesuíta Manuel de Azevedo, a propósito, escreveu a “Relação Brevíssima da Viagem ao Reino de Bale no ano de 1635”. Já antes, em 1618, ao desembarcar em Bima (actual Sumbawa) com o intuito de converter o rei local, o jesuíta de-parara “com embaixadores de Macassar e do Sunan de Giri, Panembahan Agung, autoridade religiosa de Java oriental”, e ainda um embaixador do capitão e do bispo de Malaca e de Francisco Fernandes, capitão-mor dos portugueses de So-lor e Larantuca. Para não desvirtuar, Azevedo apresentou-se como um outro embaixador das personagens citadas mas so-bretudo “do rei dos Céus, que lhe mandava oferecer a sua di-vina lei, e com ela para sua amizade, a salvação para a alma”.

Ler o artigo completo



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador



Aprender português online

Cursos adaptados
ao teu nível de
aprendizagem

falarportugues.pt



aild

associação internacional
dos lusodescendentes

| A R T E S E A R T I S T A S L U S O S

Aníbal Raposo

[Website oficial](#)

[Facebook](#)



Aníbal Duarte Raposo, faz parte de uma geração de cantautores que nos últimos quarenta anos tem renovado a música açoriana com temas e poesia originais que, bebendo fundo nas raízes do cancioneiro das ilhas, sofrem influências dos grandes compositores das músicas populares portuguesa e brasileira e mesmo da música clássica. Já atuou em todas as principais salas de espetáculo das ilhas açorianas, na Madeira, em Portugal continental e no estrangeiro e gravou diversos trabalhos musicais incluídos em séries da RTP Açores. Está representado em discografia diversa com outros autores sendo de salientar os seguintes trabalhos a solo: “Maré cheia” editado no final de 1999; “A palavra e o canto” editado em abril de 2006; “Rocha da Relva”, editado a 2 de agosto de 2013 e “Mar de Capelo”, editado em 2017 e “Falas & Afetos”, editado no final de 2021 e “Luz do Tempo” editado em 2022. A 5 de junho de 2017 foi agraciado pela sua obra artística com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento pela Assembleia Regional dos Açores, na presença de Sua Excelência, o Presidente da República.

Quando e como se deu a ligação às artes?

Desde muito novo por influência do meu avô paterno e do meu pai que tocavam guitarra e também do avô materno que era poeta popular.

Engenheiro, gestor de empresas, cantautor, poeta e pintor? Em qual destes papéis se sente mais realizado?

A pessoa que sou incorpora e realiza-se em todas essas facetas. Sempre achei que as artes e os saberes não são compartimentos estanques.

Quem são as suas principais influências musicais?

É difícil responder, pois gosto de toda a boa música, desde a clássica à popular. Os meus álbuns são a prova disso: visto os meus poe-

mas com o estilo musical que acho que melhor se adequa. Vou pela música tradicional, pelo rock, pelos blues, reggae, samba, bossa nova e por aí fora. Os meus gurus são José Afonso e Chico Buarque de Holanda.

Como é feito o seu processo de composição?

A maior parte das vezes, escolhido um tema, cai-me a letra e a música ao mesmo tempo. Prezo e trabalho muito a palavra que é uma característica dos meus temas.

Depois de ter passado por alguns projetos musicais como os “Construção”, “Rimanço” e Albatroz, decidiu-se por uma carreira a solo. Foi por uma questão de liberdade criativa, ou apenas uma evolução natural?

Foi um processo natural. Muitos dos meus amigos que passaram por esses grupos conti-

nuam a colaborar e a pisar os palcos comigo. Estou-lhe muito grato por isso.

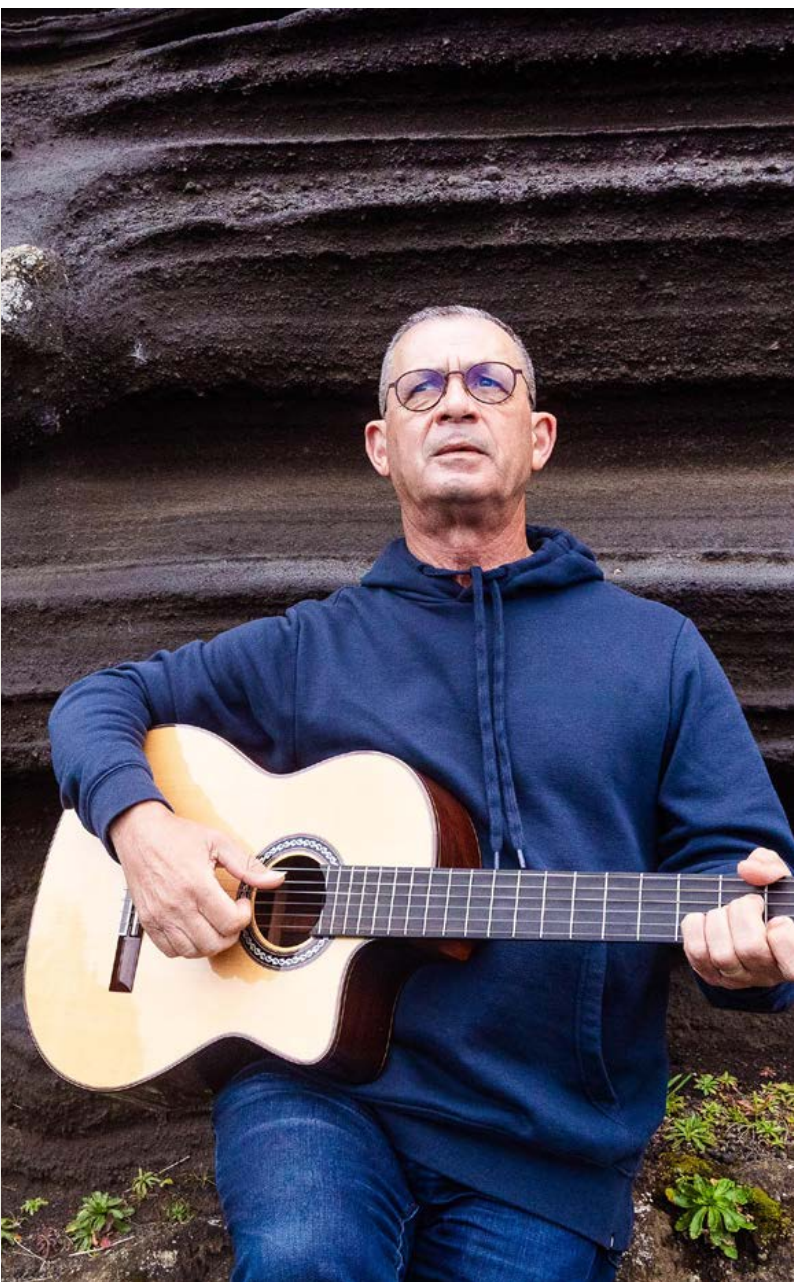
Tem musicado grandes poetas açorianos tais como Álvaro de Oliveira, Emanuel Félix e Natália Correia.

É uma fonte natural de inspiração? Qual é a importância de trazer estes poemas para a música?

Sou um grande leitor de poesia. A maior parte da minha biblioteca são livros dos grandes poetas



© Fernando Resendes



© Fernando Resendes

portugueses e estrangeiros. Para além dos meus próprios poemas musiquei ainda alguns outros poetas conhecidos da língua portuguesa. Por exemplo: David Mourão Ferreira, Mário de Sá Carneiro, Vinícius de Moraes, Mia Couto, Cecília Meireles, Gabriel Mariano, Maria Isabel Fidalgo. Gosto de trabalhar em poesia que me diga algo de novo. Costumo dizer que a música já está lá, dentro dela. O meu trabalho é destilar os poemas e extrair música.

O seu trabalho também é uma forma de resistência política ou social?

Sim, é. Procuro não me alhear, refletir muito e compor com sentido crítico sobre que se passa à minha volta e no resto do mundo. Isso também é claro em toda a minha obra. E escolho deliberadamente um lado: o dos mais desfavorecidos.



© Fernando Resendes

É um dos grandes nomes que nos últimos 40 anos tem renovado a música açoriana. Como vê o atual panorama musical nos Açores?

Com grande otimismo. Há uma nova geração, cheia de talento, que vai continuar a dar à nossa música excelentes temas. Os compositores açorianos têm criado nos últimos anos um acervo musical enorme

e de grande qualidade musical e poética. O que falta é dar visibilidade aos trabalhos no resto do país e no mundo.

Em média quantas horas dedica por dia à música?

Dedico diariamente à música pelo menos duas horas. Continuo a aprender com os mestres.



© Fernando Resendes

Concertos e projetos para 2025?

Este ano já atuei no Museu dos Baleeiros, na ilha do Pico, no Teatro Faialense, vou estar a 31 de agosto no palco das Noites de Verão em Ponta Delgada, nas noites de verão da Ribeira Grande e no Teatro Micaelense mais para o final do ano (datas a confirmar). Tenho colaborado com as escolas da região sempre que sou solicitado. O meu projeto principal para 2025 é editar um Livro de Canções com cerca de

cento e cinquenta composições que escrevi e selecionei. Pautas, letras, cifras e diagramas de acordes na guitarra. Deixarei assim a minha obra escrita para que tiver curiosidade de a consultar e tocar.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Que a sua criatividade sirva para ajudar a construir um planeta melhor, mais feliz e solidário.

AMBIENTE

Cidades Verdes

A Revolução Silenciosa

Até 2050, cerca de 70% da população mundial viverá em cidades, segundo refere o último relatório da ONU. Actualmente, esse número ronda os 50%. Vivemos num tempo de grandes mudanças. O betão cavalga montes e vales, e se agiganta. Onde outrora existiam árvores, hoje proliferam prédios e asfalto. Todavia, algo está a mudar nos ambientes citadinos, como se de uma espécie de revolução silenciosa se tratasse. O futuro quer-se verde, feito de folhas, flores e animais, em perfeita harmonia



com as pessoas. As cidades verdes do futuro serão espaços de acolhimento da biodiversidade, com especial preservação da natureza, privilegiando o bem-estar de todos. Nalgumas delas, já se observam transformações nos dias de hoje, quer seja pelos jardins suspensos que florescem nos telhados; pelas microflorestas urbanas; pelos corredores ecológicos; pelas hortas comunitárias; ou até mesmo, pelas colmeias. Estes espaços verdes urbanos, verdadeiros ecossistemas vivos, apresentam grandes vantagens na redução do calor e da poluição, na absorção de CO₂ e na atracção de insectos polinizadores, borboletas e aves. Por outro lado, aproximam as pessoas, favorecem as relações sociais, reduzem o stress

e melhoram a saúde mental. Tomemos como exemplo Lisboa. Se bem que muito ainda haverá por fazer, a capital portuguesa tem dado passos firmes na transformação ecológica da cidade. Em vários bairros da cidade há famílias e associações de moradores a cultivarem legumes e ervas aromáticas em hortas comunitárias e a plantarem árvores de fruto para autoconsumo. Estes espaços favorecem a biodiversidade e tornam-se pequenos refúgios para animais. Também a nível institucional tem havido alguns progressos, tornando a cidade mais acolhedora em termos de mobilidade, ecologia e ambiente, com destaque para o Corredor Verde de Monsanto, os jardins em Alcântara e a Floresta Urbana de



Marvila. Fruto destas intervenções, temos hoje uma cidade mais verde e mais humana, com mais árvores, ar mais puro, mais sombras e menos carros.

Citando casos análogos – Paris, Tóquio, Singapura, Bogotá, Toronto, Detroit, Medellín, Nova Iorque e Melbourne, entre muitas outras cidades mundiais, têm dado passos importantes na construção de um futuro mais verde. Paris prepara-se para transformar 100 hectares de coberturas em espaços verdes e, a par com Nova Iorque, estas duas cidades cosmopolitas transformaram antigas linhas férreas desactivadas em corredores verdes. A Coulée Ver-

te em Paris e a High Line em Nova Iorque encontram-se hoje cobertas por flora autóctone e transformaram-se em espaços de eleição para o convívio harmonioso entre pessoas e animais. Cobrir telhados e fachadas com vegetação já é uma exigência legal em Toronto. Em Singapura, as chamadas “florestas verticais” mais não são que grandes arranha-céus, cobertos de vegetação do topo até à base. Em Tóquio, plantam-se arrozais entre edifícios de betão e, em Havana, a agricultura urbana fornece boa parte do sustento para milhares de pessoas. Bogotá e Medellín, através do projecto “Corredores Verdes” transformaram



faixas de estradas em passagens verdes que ligam parques e encostas, criando rotas seguras para os animais, ao mesmo tempo que melhoram a qualidade do ar. Em Melbourne, cada árvore tem um número e um e-mail, e os cidadãos escrevem-lhes cartas de profunda gratidão. Em Detroit, centenas de hortas tomaram o lugar de terrenos abandonados pela crise industrial. Todas estas mudanças de paradigma supra

citadas têm servido para criar verdadeiros refúgios da biodiversidade e para aumentar a resiliência alimentar, baixar as temperaturas no interior das cidades, melhorar a qualidade do ar, promover a educação ambiental e fortalecer os laços sociais e de pertença das comunidades. Mais que uma mera tendência, as cidades verdes são uma necessidade. Silenciosamente, a mudança está a acontecer...



Vitor Afonso
Mestre em TIC



| LUSO - CRIANÇA

Os jogos tradicionais

A par de tantos outros jogos ao ar livre que custam menos de uma ida ao supermercado para comprar entretenimentos de plástico, pouco robustos, está ao nosso alcance em feiras, lojas antigas de comércio local, uma série de jogos tradicionais que promovem a interação entre as diferentes faixas etárias da família alargada, desde o neto ao avô. Quem se lembra do jogo da macaca, do pião, do jogo de sacos, do jogo do prego? Com pouco, podemos exercitar os músculos, desenvolver a atenção e ainda divertirmo-nos nos piqueniques que nos esperam em época de bom tempo. Os jogos tradicionais portugueses possuem uma riqueza cultural que vai sendo passada de geração em geração, preservando práticas que fortalecem os laços familiares e comunitários. Entre esses jogos, destacam-se também a apanhada, uma brincadeira de velocidade

de em que uma criança tenta tocar nas outras para que elas fiquem “apanhadas”, reforçando a agilidade e o espírito de equipa. Além disso, o jogo do lenço, onde duas equipas competem para apanhar um lenço colocado no chão, estimula a cooperação, a estratégia e a rapidez dos jogadores, tudo numa atmosfera de pura diversão ao ar livre. Outro jogo bastante popular em várias regiões de Portugal é a malha, que consiste em lançar peças de ferro visando acertar num ponto específico no chão ou perto de uma marca. A malha além de promover o desenvolvimento da coordenação motora e da precisão, também incentiva o convívio social e o respeito pelas regras, essenciais em qualquer brincadeira tradicional. Muitas vezes jogado nas praças, esse jogo é uma forma de manter viva a tradição e a história lúdica do país.



Madalena Pires de Lima
Escritora



TRADIÇÕES LUSAS

Chouriça de baca mirandesa

fumeiro relegado que merece la perpetuidade
eipílogo

O texto, l pildracho – em conclusão

(...) Fui essa lhembrância que quije eiqui traier hoije, pus todos sabemos que l quemido ye un eilemientu eissencial de la nuossa cultura: cumo saber, cumo modo de star, cumo relaçon cul que stá alreodor de nós, cumo eilemientu social de lhuíta, partilha i purparaçon de l feturo, cumo algo que mos fai, tamien an senti-do físico. Somos tamien aqueilho que quememos, ls purparos que le damos al que quememos, l modo cumo quememos, cun quien mos ajuntamos para quemer, ls sítios adonde quememos, l modo cumo guardamos aqueilho que bamos a quemer i l tiempo an que quememos aqueilho que guardamos. [...] Chegou-se al fumeiro d’hoije apuis de muitos seclos de sprência, que se fui bolbendo an saber cada beç mais acoquelhado, refinando sabores, ambientan-do çucas, temperando la dosa cierta de sal i de fumo, apartando l que fazie menos mal, stablecendo dies ciertos para quemer ciertas cousas, nua mistura de saber i de trabalho adonde éntan tamien santos i dies santos, ouraciones, lhunas buenas para matar i para

quemer. Suidades de l tiempo antigo? Nada desso. Solo l cuidado de nun botar pa la rue l que stá cierto, quando stá cierto, i aquei-lha curjidade sin cura que mos faç correr atrás la pregunta: quien somos i porque somos assi?» [in www.diariodetrasmontes.com/cronica/l-pildracho]

Comer cediço!

A História e as tímidas estórias das tradições da “Chouriça de baca mirandesa”, também dos pildrachos, nembras, ou das *costielhas de baca fumadas*, perdem-se no tempo, prova-velmente à data da romanização da península ou à época do séquito galês de Henrique de Borgonha de ajuda à reconquis-ta do Reino da Galiza pelo rei Afonso VI de Leão (pelos séculos XI/XII), tal como tantos outros exemplares do nosso fumeiro

... alheiras, azedos, bocheiras, botelheiros, botelos, buchos, bulhos, chabianos, farinhotas, folianos, laronas, linguças, melícias, mômas, morcelas, mouras, pigureiros, salpicões, sangueiras, tabafeias, tarimbolins, vilões (...)

estão associadas à acentuada ruralização dos costumes alimentares e à naturalidade dos sistemas agro-pecuários praticados no Planalto Mirandês, onde os agricultores-lavradores, sempre pequenos proprietários, ao contrário dos seus vizinhos do Vale do Douro Superior ou da Terra Fria Transmontana, desenvolviam métodos de exploração policulturais... e organizavam-se em regimes de produção extensivos, orientados prioritariamente para o auto-consumo e venda dos excedentes nos mercados locais. A comunidade judaica, nestas práticas mercantis, deu sempre o mote e uma excelente ajuda ao aforro familiar. *Era bô comer, d'aprumado sustimento...* foram várias as vezes que escutei esta expressiva saudade à memória.

Origem das palavras

São várias as publicações que atrelam a origem da palavra «chouriço» (a) a uma forma latina do vocábulo *salsicium*, que, na sua essência, significa 'salgado'.

[A minha opinião]. Nem foneticamente a evolução etimológica da palavra nos leva a aceitar esta [precipitada] hipótese nem tão pouco semanticamente, já que os nossos enchidos – os nossos fumados que levam séculos de especialização e momentos diários de simples retoques – não vão à cura da salga mas sim ao fumo e ao ar seco, quente ou frio. Existem, no entanto, outras fontes e outros comentários que nos querem fazer querer que se trata de uma herança da «mestria» alimentar castelhana ou leonesa. Será? Vejamos. Em castelhano, o mais antigo testemunho existente para a palavra é de 1549 [quem o diz é o CORDE, *Corpus Diacrónico del Español* da Real Academia Española], por parte do latinista, helenista, também professor de grego em Salamanca, Hernán Núñez (de Toledo y Guzmán) [1475-1553], no seu imenso repertório paremiológico da tradição baixo-medieval e – sem surpresa – através da recolha de um provérbio português

Xaramago y choriço, meten a vella no cortiço

anotou ele que o português chamava 'choriço' à *morcilla*. E só aparece na literatura castelhana, pela primeira vez, e pelo

que conheço, no tal século de ouro espanhol, com as obras do grande poeta, dramaturgo, Lope de Vega, e do escritor e político Francisco de Quevedo, já do século XVII. [Por exemplo: '*en los sombreros llevan por toquillas cordones de chorizo, que es cimera de más pompa y sabor*' (Poema heroico de las necedades y locuras de Orlando el enamorado, 1628-1630)].

«... A falta de *sauraz em gótico, a autoctonia dos elementos de cultura material envolvidos, a aparição tardia de chorizo em castelhano, todo aponta a origem galego-portuguesa e o empréstimo ao castelhano. Será suevo? Viria pelo caminho de Santiago? (...)»

Quem também o escreveu in 'Germanismos pouco estudados do galego-português' – excelente artigo que me deu a conhecer (em Janeiro de 2009) o empresário ourensiano José Posada González (daquela obra-prima que é 'Posada Marron Glacé') [www.adigal.org.ar/germanismos.pdf] – foi o filólogo argentino Higinio Martins Esteves de procedência materno-paterno de Santa Maria de Oia no Baixo-Miño, que, como ele diz, 'leciona português da Galiza'. E em Portugal? Pela consulta ao *Corpus do Português* [Davies&Ferreira] sabe-se que a [nossa] palavra já estava registada desde a primeira metade do século XIII, na forma de *souriço* [souriç], numa cantiga de Dom Fernám Garcia Esgaravunha

'E al faz ben, como diz seu marido:/faz bon souriç' e lava ben transsido,/e deyta ben galinha choca assaz!'

mais tarde, três séculos depois, no ano de 1516, e antes do seu contemporâneo castelhano mencionar tal provérbio, é referida no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, tanto com /s/, como com /tí/

(...) '*ela era mal lauada toda posta no tousiço de diante mall quebrada na pousada foreada & no paço gram chouriço*'; '*E poy lesta cousa atixa nam seria cousa feca tres voltas de lingoyça ou souriça oo pesçoço por cadea.*'

(e) ainda no *Pequeno Dicionário de Latim-Português* [BNP-biblioteca nacional digital; purl.pt/14309; purl.pt/15192], organizado por temas e para uso escolar, do lamecense Jeróni-



mo Cardoso, em 1562 (a edição de 1551 considera-se perdida).

A palavra chouriço (a), a ‘salsicha seca’ de outros – em teimosa convicção, sem o mínimo de conhecimento acerca da arte das palavras, mas, com uma excelente ajuda da amiga reintegracionista, linguista galega, Maria do Carmo Henriquez Salido (professora catedrática emérita da Universidade de Vigo), e do historiador mirandense Roger Fernando Teixeira Lopes – é de origem portuguesa e procede da forma primitiva (medieval) *sourico*, formalmente um adjetivo derivado do germânico *sauz* – “seca”, por rotacismo /z/ > /r/, [sour], um recurso conhecido para o idioma suevo (reino suevo da antiga Galécia que marca fronteira com o reino visigótico por terras sendinesas), em que a passagem de /s/ a /r/ e de /r/ a /t/ era frequente à época neste canto da península e, morfologicamente, o sufixo -iço (do latim *-itium* ou *-icium*).

Chouriça de baca

Para sentir e carregar com esta certeza de comer [infelizmente] relegado

basta *meter* conversa com os promotores e dirigentes da Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mirandesa [organização corporativa criada em Setembro de 1989, actual gestora do Livro Genealógico da raça, sediada no antigo Posto Zootécnico de Malhadas – Miranda do Douro] e da Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa, com os mirandeses

mais atentos ao vivo sentimento de personalidade territorial, a exemplo de alguns dos atrás citados, que rapidamente nos remetem para hábitos tão de estima ancestral como este de enchouriçar a carne de vaca... ou aquele de acamar a massa e planear bolas doces de uso pascal – *la bola doce mirandesa* (que a seu tempo terá conversa de estímulo ao honrar das causas). Facilmente, porque apenas de memória bem presente, também nos localizam no tempo das ‘trocas comerciais nocturnas’ – o contrabando de outrora – da permuta mercantil de sabores e gastronómica de saberes

o fumeiro com a incorporação de carne bovina – das raças sayaguesa e morucha – numa abordagem simples, apenas de natural curiosidade, foram anotados em paleio de rotina por Brandilanes, Castro de Alcañices, Samir de los Caños, Fornillos de Aliste, por exemplo...

e da premência ao essencial da subsistência, da animosidade dos seus habitantes em relação a valores abstractos provenientes de além-fronteiras que não fossem os da vizinhança casamenteira, das rixas frequentes de lado a lado e das realidades indesligáveis no destino dos povos raianos até onde a memória dos seus alcança (...) Neste caso, em todos os testemunhos orais aqui [re] memoriados, através do histórico “aprendi a fazer *de comer* a ver a minha mãe”, é o mais exequível e leva-nos facilmente até início do século XIX.

A poesia, a conversa, das palavras viajeras a Trás-os-Montes e ao Alto Douro do escritor leonês Julio Llamazares dá-nos a sensação da redescoberta do nosso fado e das profecias de quem vive mais perto dos deuses...

O Tiu Ângelo Arribas e o seu irmão Manuel

ambos com treino suado no tráfego de café, do bacalhau e do que mais a clientela sugerisse ao negócio, ou quem aqueles que mais privaram com a infinidade de relatos do Tiu Ernesto Bartolo [Ernesto Martins Lhano (1915-2009)] que, além de gaitero e pastor de gados, amanhava-se bem com uma oficina de bicicletas e de outros pequenos arranjos que o faziam dar uns saltos ao outro lado do rio à cata de umas peçazitas, também a história da família Fernandes já com cinco gerações de tocadores de gaita-de-foles – de Domingos Gabriel Fernandes (1865) a Inês Fernandes Pereira – que o amigo Henrique Gaitero [Henrique de Jesus Fernandes] sabe e deveria contar aos sete ventos como já o fez para o “processo de construção, manutenção e informação da palheta, e do palhão, artefactos nobres que dão vida e beleza à gaita-de-foles”, as outras “contas que a minha mãe me contava” sacadas às *mimórias de bidas* de António Cangueiro, “as práticas de contrabando no Nordeste Transmontano” de Hermínio Augusto Bernardo integradas nas «VIII Jornadas Luso-Galaicas de Ciência e Desenvolvimento», respectiva prelecção e posterior debate, Outubro 1999, em Miranda do Douro, ou a carga histórica dos contares reportados às brigas, medos e valentias da *estrada mourisco* (via secundária de cronologia

romana) nos transportes de Sendim até Constantim, à Candena e a Moveros, pelos relatos de quem apenas ouviu deste e daqueloutro (...) são repositórios forçosos das vivências sociais, económicas e alimentares desses tempos, que bem poderão ajudar a recontar e a escrever a história dos usos e costumes da alimentação no Planalto Mirandês [!] – tal como foi feito pela etnomusicóloga austríaca Barbara Alge com a tradição das danças dos pauliteiros de Miranda [2002-2004].

As chouriças (chouriços) de vaca (mirandesa)

outros adeptos da cultura pecuária regional, ao longo destas conversas e em jeito especulativo, nomearam-nas de linguiças [*lucanicae*, *luganega*] ou salsichas [*salsicius*] mirandesas harmonizadas ao formato de ferradura – o profético modelo por intervenção das superstições judaicas ou pelos temores populares das forças ocultas e «tão» sobrenaturais, coisas – ou causas – do fim da época medieval ou pelo início da era moderna

permitiam, nomeadamente, aos que possuíam bons ou maus bovinos de carga e trabalho, porque outros não haviam [a necessidade da vocação leiteira (regional) estava destinada às cabras ruças serranas], ou, desses, os animais mais velhos e os mais acidentados, o aproveitamento da sua carne quando terminavam a vida activa e não lhe queriam o destino da morte lazarenta e respectivo abandono fora dos povoados, tal como faziam a outros animais avelhentados (e não co-





mestíveis!). Esta prática, além de particularidade nas rotinas alimentares da nordestina Terra Fria Transmontana, era um esteio para a garantia da subsistência das famílias.

Modos de saber fazer

Em *Trallosmontes* nos referidos séculos de forte influência judaica [XV/XVII]

estima-se que o consumo de carne de vaca, vitelos, bois em fim de função, principalmente das ditas vacas sem serventia para a labuta campesina nem para a procriação, era bem superior ao da maioria da população do reino, muito pela sua capacidade económica e pelas obrigações religiosas com os seus hábitos alimentares — a quem estava vedado o consumo de carne de porco e de outras tidas como impuras. Uma vaca daquelas, velha e já agastada para os afazeres do campo, representava p'ra cima de trezentos quilos de boa chicha que deveriam ser conservados por um período mais

ou menos longo — pelo tempo que fosse possível; e a melhor forma de o fazer, numa época não tão longínqua como isso e em que não existiam sistemas de refrigeração e congelação, era tão simples! — conservar as ‘peças de açougue’ por desidratação, depois de temperadas [o *chacinar* das carnes]. Os métodos usados seguiam a tradição dos saberes familiares e os processos tecnológicos conhecidos: a *secagem* ao sol como se fazia com os figos, ao fogo como no arranjo das castanhas piladas, também a partir da *salga* à maneira da chispalhada e dos presuntos, ou imersas na *banha* do reco. As outras partes, as menos nobres ou as mais *nervosas*, as muito secas e quedadas que nem uma tábua ressequida, e as que não fossem conservadas em chacina, destinavam-se ao fabrico de enchidos «com barbada — que é a chicha boa da barriga do cebado — outra carne do cochino e mais alguma gordura do reco para amaciar a *secura*» (...) A adoba — a tradicional e identitária “água d’alhos mirandesa” — era constituída por água bastante, à medida do tempero e dos amanhos a ajeitar, um ca-

chico de vinho tinto daquelas cepas armadas em sombra de cabeça de salgueiro que botavam *pingachos* mais assossegados, sal grosso a gosto, alhos moídos não muitos, pimentão [aqui, só a partir do século XVIII/XIX é que se vulgariza na condimentação alimentar regional e pela mão da vizinhança castelhana], muito raramente salsa e folhas de louro que se retiravam na altura de enchimento. O tempo passado na adoba ia quase sempre de dois a quatro dias, em local frio e seco.

«(...). Enchem-se em tripa de vaca desidratada, ou em tripa de porco, em formato cilíndrico, cozidos numa das extremidades e atados com fio chouriceiro na outra, por onde se penduram no vareiro aleirado ao borralho. Têm um comprimento mais ou menos igual ao das chouriças de carne corriqueiras por toda a região e são sujeitos a uma fumagem rápida de lenha de carvalho, pelo menos dois dias. A cura processa-se durante uma a duas semanas, muito dependendo da temperatura ambiente (...). Podem ser consumidos frescos, logo após o enchimento, sem sofrer o processo de cura, grelhados em brasa quente ou cozidos a vapor; de meia cura, confeccionados grelhados na brasa; ou curados, destinando-se, essencialmente, ao consumo em cru e cozidos. No primeiro caso, a gordura e as carnes são picadas; em meia-cura e curados, os constituintes são cortados em pedaços de pequena dimensão e passam pelo processo de fumagem e cura.» [Inf. transmitida pela Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mirandesa e Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa]

Actualmente, nestes anos de incôndita proliferação regional das intituladas ‘feiras de produtos regionais’, por todo o Planalto Mirandês, com excepção dos produtos provenientes

da «cooperativa» ‘Unidade Industrial de Vimioso’, produtos já exportáveis, nomeadamente aquele que denominam por “chouriço mirandês”, julgo que só são produzidas *chouriças de baca e nembras*, muito raramente *pildrachos e costielhas de baca fumadas* (por curiosidade ou em desafios entre amigos), para auto-consumo, em duas ou três aldeias e por meia dúzia de famílias, talvez, talvez, não mais!, existindo, no entanto, a esta data, a vontade dos responsáveis associativos de fomentar a expansão, resultado de estudos prospectivos realizados a seu pedido. Nesse caso, tendo em conta a opinião de vários defensores deste saber

a área de produção possível a demarcar e de Identidade a proteger porque intuitivo, seria o cruzamento das áreas geográficas da actual DOP «Carne Mirandesa» com a da DOP «Carne de Bísaro Transmontano» — o território do Planalto Mirandês no seu todo, berço desta raça fusca e do costume há muito enraizado e diferenciador das “águas d’alho”, mais as *terras frias* transmontanas limítrofes de usos e saberes semelhantes.

Claro que o empenho e as tecnologias de hoje permitem avançar para outros produtos apetecíveis que não apenas estes de regresso às tradições. Claro! Mas, para já e neste término a mais uma das muitas e possíveis conversas à volta das causas e identidades gastronómicas, o que importa — a todos e agora — é o renascer e a valorização da *chouriça de baca mirandesa*.

Que assim seja, Amadeu!

Roma i Çamora nun se fazírun nua hora...

Dito mirandês



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Migrações



As migrações têm moldado profundamente a sociedade portuguesa ao longo da sua história, com implicações não só na organização social e económica, mas também na saúde mental da população. Portugal tem sido, historicamente, um país de emigração, mas, nas últimas décadas, o perfil migratório tem-se alterado. Em vez de ser um país de destino de emigrantes, Portugal tornou-se, desde a década de 1990, um destino atrativo para migrantes de várias regiões do mundo. Em 2020, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), cerca de 10% da população residente em Portugal era de origem estrangeira, oriunda de vários países. Esta tendência

tem sido crescente, com o acumular de várias línguas, religiões, crenças e valores culturais, especialmente em grandes centros urbanos como Lisboa e Porto. Esta diversidade de origens culturais e étnicas reflete-se também nas necessidades de saúde mental dos migrantes, uma vez que a experiência migratória pode ser única e profundamente influenciada pelo contexto de origem, pela situação económica e pelas redes de apoio existentes no país de destino. Este artigo visa explorar a relação entre migrações e saúde mental, abordando os desafios enfrentados pelos migrantes e as soluções propostas para melhorar o acesso e a qualidade dos



cuidados. O contexto das migrações implica uma série de fatores psicológicos e emocionais que podem afetar profundamente o bem-estar dos migrantes, com diferentes expressões físicas e emocionais. Compreender essas dinâmicas é essencial para promover políticas públicas eficazes e inclusivas no âmbito da saúde mental. A migração, embora muitas vezes seja uma procura por melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, envolve desafios significativos. A transição para um novo país pode ser uma experiência traumática e marcada por uma série de stressores, como a perda de redes de apoio, a

adaptação a uma nova cultura e idioma, a discriminação e o racismo, e, em alguns casos, a separação da família e das raízes culturais. Para muitos migrantes, a experiência de não compreender a língua e de não conseguir estabelecer uma comunicação eficaz com os outros pode levar a sentimentos de isolamento social. Essa sensação de alienação pode ser agravada pelo medo de ser rejeitado ou pela dificuldade em encontrar um espaço de pertencimento numa sociedade que, muitas vezes, pode ser pouco acolhedora. Além dos desafios culturais e emocionais, muitos migrantes, especialmente os que

vêm de países em conflito ou com situações de extrema pobreza, trazem consigo experiências traumáticas, como violência, tortura e perseguições. Estes traumas podem ter efeitos duradouros na saúde mental, contribuindo para o desenvolvimento de perturbações mentais. A discriminação racial, étnica e cultural, aliada ao preconceito em relação à procura de apoio psicológico, pode dificultar o diagnóstico e o tratamento de problemas de saúde mental entre estas populações. Em algumas culturas, procurar ajuda profissional para perturbações mentais pode ser considerado uma fraqueza ou um



tabu, o que dificulta ainda mais a procura de tratamento. Já em outras, a busca por soluções dentro da comunidade ou de líderes espirituais pode ser a primeira opção, em vez de recorrer a um psicólogo ou psiquiatra. A discriminação no mercado de trabalho, no sistema educacional e nos espaços públicos pode gerar sentimentos de impotência, frustração e depressão, além de minar a confiança na capacidade de integração e aceitação na sociedade portuguesa. A insegurança económica também é uma das principais fontes de stress para os migrantes, especialmente em Portugal. Muitos imigrantes chegam com poucos recursos financeiros e enfrentam dificuldades para encontrar trabalho formal, o que contribui para uma situação de vulnerabilidade económica e social. Além disso, a falta de acesso adequado aos serviços de saúde, incluindo os serviços de saúde mental, agrava ainda mais os problemas psicológicos enfrentados

por esta população. A precariedade laboral, a falta de proteção social e as condições de habitação inadequadas são outros aspetos determinantes que também afetam saúde destas pessoas. Para a comunidade local, a chegada de pessoas de diferentes culturas e origens pode gerar, em alguns casos, sentimentos de insegurança ou até mesmo xenofobia. O medo do “estranho” e a resistência à diversidade podem criar divisões sociais e dificultar o desenvolvimento de respostas integrativas. Têm surgido no espaço público, discursos que defendem que as migrações podem ser vistas como uma ameaça à identidade cultural e ao mercado de trabalho, o que pode gerar tensões sociais relevantes. Por outro lado, a convivência com diferentes culturas traz benefícios emocionais e sociais evidentes, como o enriquecimento cultural, a ampliação de horizontes e a promoção da solidariedade.

Os serviços de saúde e em particular os dedicados à saúde mental devem estar preparados para lidar com estas questões e adotar várias estratégias de acesso aos cuidados e tratamento:

1. Acesso aos Cuidados de Saúde Mental – Uma das primeiras necessidades dos migrantes é o acesso a cuidados de saúde mental adequados, nomeadamente através do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Contudo, muitas vezes os migrantes enfrentam barreiras no acesso, como o financiamento, a falta de conhecimento sobre os seus direitos, a barreira linguística ou a falta de profissionais capacitados para lidar com as necessidades específicas desta população. A criação de serviços especializados para migrantes e a disponibilização de intérpretes são medidas que ajudam a reduzir essas barreiras. Médicos, psicólogos e outros profissionais de saúde mental devem ser sensibilizados para as questões culturais, de modo a garantir que o diagnóstico e o tratamento sejam realizados de forma apropriada. A compreensão das dinâmicas culturais das comunidades imigrantes e a adaptação dos métodos terapêuticos são essenciais para garantir que as pessoas de diferentes origens se sintam acolhidas e compreendidas nos serviços de saúde.

2. Programas de Apoio em Populações de Risco – Diversas organizações e instituições de solidariedade social em Portugal têm desenvolvido programas de apoio psicológico e social para migrantes. Estes programas oferecem serviços de aconselhamento, apoio psicológico individual e em grupo, além de atividades comunitárias que promovem o bem-estar social. A criação de redes de apoio social entre os migrantes

também é essencial para combater o isolamento social e ajudar a superar os desafios da adaptação ao novo país.

3. Educação para a Multiculturalidade – A formação intercultural e a sensibilização para a diversidade são cruciais para promover a inclusão social e reduzir a discriminação. Programas de formação e de sensibilização para as comunidades locais, incluindo os profissionais de saúde, sobre as questões psicológicas específicas dos migrantes podem contribuir para intervenções mais eficazes, para a construção de uma sociedade mais inclusiva e empática. A promoção de espaços de convivência e diálogo intercultural também pode ser uma solução eficaz para integrar migrantes e população, promovendo um ambiente de respeito mútuo e compreensão.

As migrações têm um impacto significativo na saúde mental dos migrantes, como nas dinâmicas das comunidades que os recebem, colocando também uma exigência redobrada sobre os serviços públicos, nomeadamente os dedicados à saúde mental. A experiência migratória envolve uma série de fatores psicológicos e emocionais que exigem respostas adequadas e integradas, tanto por parte dos serviços de saúde como das políticas públicas de inclusão social. É fundamental que Portugal continue a investir no acesso à saúde mental para migrantes, promovendo um atendimento especializado e sensível às suas necessidades. Além disso, a sociedade como um todo, deve trabalhar para reduzir o estigma e a discriminação, criando um ambiente acolhedor para todos. A saúde mental dos migrantes não deve ser vista apenas como um problema, mas como uma oportunidade para construir uma sociedade mais solidária, resiliente e integrada.



Diogo Almeida
Médico Psiquiatra



FUNDAÇÃO AEP

A evolução da diáspora portuguesa no Luxemburgo

Os primeiros laços entre Portugal e o Luxemburgo remontam ao final do século XIX, com o casamento da princesa portuguesa D. Maria Ana de Bragança com o príncipe Guilherme Alexandre de Nassau, em 1893. No entanto, a emigração portuguesa em massa só começou décadas depois.

Foi na década de 1960 que a emigração portuguesa para o Luxemburgo teve um grande impulso.

Com o crescimento que se registava, o Luxemburgo enfrentava uma escassez de mão de obra, especialmente nas áreas da construção civil e serviços domésticos sendo que, nessa

altura, Portugal vivia sob a ditadura de Salazar, com pobreza generalizada e poucas oportunidades de ascensão social e económica. A mão de obra portuguesa começou a chegar em grande número, alguma de forma clandestina, pois não havia ainda acordos bilaterais de migração. Nesse tempo, os homens eram geralmente empregados na construção civil, enquanto as mulheres trabalhavam em limpezas e serviços domésticos, profissões que requeriam poucas qualificações e de salário baixo. Com o tempo, acordos entre os dois países facilitaram a legalização dos emigrantes. A comunidade portuguesa cresceu e começou a se estabelecer de forma mais permanente, trazendo famílias e criando redes de apoio. Atualmente, os portugueses são a maior comunidade estrangeira no Luxemburgo:

- Representam cerca de 14,5% a 16% da população total do país.
- Em 2021, havia cerca de 93.678 portugueses registados no país.
- A comunidade está concentrada principalmente em Differdange, Esch-sur-Alzette e Larochette.
- A média etária dos portugueses no Luxemburgo é de cerca de 36,7 anos, o que indica uma população relativamente jovem.

Muitos descendentes de portugueses já nasceram no Luxemburgo, criando uma identidade luso-luxemburguesa. A língua portuguesa é amplamente falada, e há escolas, associações culturais e meios de comunicação voltados para essa comunidade.

Ainda assim, as crianças portuguesas ou descendentes de portugueses têm maior probabilidade de frequentar o ensino

no técnico/profissional e duas vezes mais probabilidades de abandonar precocemente a escola.

Persistem, por isso, dificuldades de integração no sistema educativo, muitas vezes devido a barreiras linguísticas e falta de apoio adequado. Também no acesso à habitação, nem sempre é fácil aos portugueses aceder às melhores localizações e prédios. A crise imobiliária no Luxemburgo agrava ainda mais essa situação, tornando o acesso à habitação digna um desafio constante.

Numa realidade em transformação, verifica-se ainda que muitos portugueses ocupam empregos menos qualificados. A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) identificou a comunidade portuguesa como uma das mais afetadas por práticas discriminatórias no emprego.

O sentimento xenófobo aumentou durante a pandemia, com os portugueses sendo frequentemente alvo de preconceito e estigmatização. As Associações culturais e educativas portuguesas têm desenvolvido programas de apoio escolar para crianças e jovens, ajudando-os a superar barreiras linguísticas e a melhorar o desempenho académico. Há também escolas complementares de língua portuguesa, que reforçam a identidade cultural e o domínio da língua materna.

A comunidade tem se organizado para denunciar casos de discriminação e pressionar as autoridades luxemburguesas a agir. Organizações como a ECRI (Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância) têm destacado a situação dos portugueses, o que tem ajudado a dar visibilidade internacional ao problema. Muitos portugueses contam com redes familiares e comunitárias fortes, que oferecem apoio emocional, financeiro e prático, especialmente em questões como habi-





tação e emprego. Há também cooperativas e associações de emigrantes que ajudam na procura de casa, emprego e na integração social.

Cresce o número de portugueses e lusodescendentes que participam na vida política local, seja como eleitores ou candidatos, o que fortalece a representação da comunidade e a defesa dos seus direitos.

Através de eventos culturais, festivais, rádios comunitárias e centros culturais, a comunidade mantém viva a cultura portuguesa e promove o diálogo intercultural com os luxemburgueses. As perspetivas futuras para a comunidade portuguesa no Luxemburgo em 2025 são marcadas por desafios persistentes, mas também por novas oportunidades e sinais de mudança positiva. Com efeito, há um movimento

crescente para que os emigrantes portugueses tenham maior representação política, tanto em Portugal como nos países de acolhimento. Em 2025, discute-se a criação de um Ministério das Comunidades Portuguesas, o que poderia fortalecer a voz da diáspora e melhorar a articulação de políticas públicas voltadas para os emigrantes. Simultaneamente, o Orçamento de Estado do Luxemburgo para 2025 trouxe mudanças fiscais que beneficiam diretamente os portugueses, como:

- Redução de impostos para famílias de baixa e média renda.
- Incentivos à aquisição de imóveis, o que pode ajudar a combater a exclusão habitacional que muitos enfrentam.

A comunidade portuguesa no Luxemburgo caminha, acredita-se, para um futuro de maior visibilidade, integração e reconhecimento.

OPINIÃO DO ASSOCIADO

O Grito Silenciado

A forma como o voto dos emigrantes é encarado pelas instituições políticas nacionais parece refletir uma desvalorização que beira a negligência.

Um dos pontos mais flagrantes e revoltantes é, sem dúvida, o atraso incompreensível na contagem dos votos após cada ato eleitoral. Este desfasamento temporal não é apenas uma questão logística; é um sinal claro de que o voto, a voz dos emigrantes, é considerado de menor importância. A questão da representatividade dos deputados é outro pilar da desvalorização. A forma como os círculos eleitorais da emigração estão configurados, e o número de deputados que os representam, não reflete a dimensão e a complexidade da comunidade portuguesa espalhada pelo mundo. Não podemos ignorar também as dificuldades inerentes ao próprio ato de votar. A burocracia, a distância dos consulados, a falta de informação clara e acessível, os serviços dos CTT ou os correios locais de cada país que por vezes não funcionam, tudo contribui para afastar potenciais votantes.

Chegamos, assim, a um ponto crítico. Se queremos uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa, é imperativo que o voto dos emigrantes seja valorizado e respeitado.

Mas, face a este cenário, não podemos apenas lamentar. É tempo de apresentar contributos e propostas concretas

para o futuro, que permitam alterar o sistema eleitoral, e que garantam que as próximas eleições sejam um verdadeiro reflexo de uma vontade coletiva:

Agilização e Modernização do Processo de Contagem: É urgente investir em sistemas mais eficientes e seguros, que permitam o apuramento dos resultados em tempo útil, simultaneamente com os do território nacional. A tecnologia oferece soluções que podem ser implementadas, desde o voto eletrónico seguro e auditável, até à digitalização e agilização dos processos de contagem.

Revisão dos Círculos Eleitorais e Aumento da Representatividade: É fundamental repensar a configuração dos círculos eleitorais da emigração, garantindo que o número de deputados reflita de forma mais justa a dimensão das comunidades portuguesas. Uma análise aprofundada da distribuição geográfica e do número de eleitores por cada região do mundo é crucial para uma representação mais equitativa e eficaz.

Facilitação do Voto e Aumento da Acessibilidade: As opções de voto devem ser alargadas e facilitadas. Para além do voto presencial nos consulados, deve-se reforçar a opção de voto por correspondência, tornando-a mais simples e segura. A possibilidade de voto eletrónico, com as devidas ga-

rantias de segurança e transparência, deve ser seriamente explorada.

Campanhas de Informação e Sensibilização: É essencial que as autoridades portuguesas invistam em campanhas de informação claras e abrangentes, dirigidas aos emigrantes, sobre os seus direitos e deveres eleitorais, os prazos, os métodos de voto e a importância da sua participação.

Apoio e Recursos para os Deputados da Emigração: Os deputados eleitos pelos círculos da emigração necessitam de mais apoio e recursos para desempenharem eficazmente as suas funções, dada a vastidão e complexidade da sua base eleitoral.

O voto dos emigrantes não é um favor; é um direito fundamental. É a expressão da ligação indissolúvel a Portugal e da vontade de contribuir para a construção de um país mais justo e próspero. Os emigrantes apelam assim aos decisores políticos que ouçam este grito, que reconheçam a importância da voz dos emigrantes e que implementem as reformas necessárias para garantir que, no futuro, o voto de cada português, independentemente do local onde reside, seja verdadeiramente valorizado e respeitado. Só assim a nossa democracia será plena e o grito silenciado das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, finalmente, ecoará nas urnas.



José Governo

Fundador e Diretor Executivo da AILD



PELA LENTE DE

Firmino Marques da Costa



Cortejo do Trabalho, Viagem presidencial a São Tomé e Príncipe e a Angola
1954-05-28 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/000028
© Arquivo Municipal de Lisboa



As obras da barragem do Massingir, Viagem presidencial a Moçambique
1956-08-09 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/000071
© Arquivo Municipal de Lisboa



Festival da juventude moçambicana, Viagem presidencial a Moçambique
1956-08-13 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/000107
© Arquivo Municipal de Lisboa



Exposição em Maputo, Viagem presidencial a Moçambique
1956-08-06 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/000137
© Arquivo Municipal de Lisboa



Visita a Gabu, o automóvel presidencial, Viagem Presidencial à Guiné e Cabo Verde 1955-05-09 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/002286
© Arquivo Municipal de Lisboa



Inauguração do padrão a Diogo Afonso na ilha de São Vicente, Viagem Presidencial à Guiné e Cabo Verde 1955-05-21 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/002336
© Arquivo Municipal de Lisboa

Firmino Marques da Costa (1911–1995) nasceu a 10 de janeiro na freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa. Os primeiros passos na aprendizagem das técnicas fotográficas foram dados com o pai, Júlio Marques da Costa, e com Anselmo Franco, ambos fotógrafos. A sua atividade na imprensa iniciou-se aos 17 anos, quando ingressou na delegação de Lisboa do jornal “Comércio do Porto”, onde se manteve até se aposentar, em 1988.

A colaboração como fotojornalista estendeu-se a diversos jornais e revistas, entre os quais, “O Panorama”, “Novidades”, “A Voz”, o “Primeiro de Janeiro” e o “Diário Popular”. Durante a década de 1920, iniciou a colaboração com as duas maiores revistas ilustradas de circulação nacional, “O Século Ilustrado” e “Notícias Ilustrado”.



A população aguarda a visita presidencial, Viagem presidencial a São Tomé e Príncipe e a Angola 1954-05-23 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/00236
© Arquivo Municipal de Lisboa



A comitiva presidencial percorre a pé uma artéria em São Tomé, Viagem presidencial a São Tomé e Príncipe e a Angola 1954-05-24 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/002377
© Arquivo Municipal de Lisboa

Em 1929, entrou para o “Diário de Notícias”, mantendo-se a trabalhar nesta entidade até ser saneado, em 1975. Foi ao serviço deste jornal que fez a cobertura da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), um dos mais destacados trabalhos que realizou.

Efetuiu múltiplos trabalhos oficiais para a secção de imprensa do Ministério do Ultramar, ao serviço do qual, fez a cobertura fotográfica de diversas viagens presidenciais a África e ao Brasil, utilizando, frequentemente, uma câmara Spido-Gaumont e uma Leica.

Acompanhou a primeira visita de Estado de um Presidente da República Portuguesa às colónias africanas, integrado na missão cinegráfica às colónias de África. Desta participação, resultou a obra “Viagem presidencial às colónias”, publicada pela Agência Geral das Colónias entre 1938 (ano em que recebeu a carteira profissional de jornalista) e 1939.

Nas suas reportagens de trabalho, destacam-se: as viagens presidenciais à Guiné (1955 e 1968), Cabo Verde (1955 e 1968), São Tomé e Príncipe (1954 e 1970), Angola (1954 e 1963), Moçambique (1956 e 1964), Brasil (1957), Açores (1957); as reportagens de carácter oficial, nomeadamente, exposições do Secretariado Nacional de Informação (SNI/SPN), inauguração do Estádio Nacional (1947),



Chegada ao Huambo, o Presidente e o ministro do Ultramar são saudados pela população. Viagem presidencial a São Tomé e Príncipe e a Angola 1954-06-12
Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/003175
© Arquivo Municipal de Lisboa



Desfile militar de homenagem ao Presidente português na avenida Copacabana, Viagem presidencial ao Brasil 1957-06-10 Firmino Marques da Costa
PT/AMLSB/MAC/004752
© Arquivo Municipal de Lisboa



Pausa para o café no aeroporto, Viagem presidencial ao Brasil 1957-06-23 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/004963
© Arquivo Municipal de Lisboa



Visita à sociedade Beneficência Portuguesa, Viagem presidencial ao Brasil 1957-06-22 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/005015
© Arquivo Municipal de Lisboa



Fotografia aérea da Marginal de Luanda, Viagem presidencial a Angola e a São Tomé e Príncipe
1963-09-16 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/005784
© Arquivo Municipal de Lisboa



Visita ao Hospital de Luanda, Viagem presidencial a São Tomé e Príncipe e a Angola
1954-05-29 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/008720
© Arquivo Municipal de Lisboa



Visita às quedas de Calundula, Viagem presidencial a São Tomé e Príncipe e a Angola
1954-06-06 Firmino Marques da Costa PT/AMLSB/MAC/009217
© Arquivo Municipal de Lisboa

festas centenárias (1940), Exposição do Mundo Português (1940), iniciativas religiosas, Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, festas da cidade de Lisboa (1947), congresso da União Nacional (1944) e retratos dos chefes de Estado.

O fotógrafo produziu e reuniu uma vasta coleção de documentos fotográficos, representativos da esfera oficial e propaganda nacional, que marcaram o período da ditadura portuguesa. Considerando o interesse deste espólio para o registo visual do século XX português, a Câmara Municipal de Lisboa adquiriu a Firmino Marques da Costa, em 1990, cerca de 11 500 documentos fotográficos, vários diários de bordo e 1 máquina fotográfica, atualmente depositados e preservados no Arquivo Municipal de Lisboa-Fotográfico.

Com desprendimento bastante, Marques da Costa afirmava:

“Você sabe: Eu guardava isto, não era para coisa nenhuma, guardava lá ficando ficava para lá. Nunca pensei nisso para fazer um Arquivo, para vender um Arquivo, nunca me passou isso pela cabeça” (entrevista a Firmino Marques da Costa, 29 outubro 1990).

Mariana Caldas de Almeida



PROGRAMA REGRESSAR

Joana Marques

Ao fim de 10 anos voltou a Portugal, depois de ter vivido em Assunção, Geórgia, Jacarta e Porto Alegre

Quando começou a aventura da emigração?

Junho de 2013 foi quando começou a minha viagem pelo mundo, tendo sido a primeira paragem no Paraguai, na cidade de Assunção, onde vivi durante 3 anos e onde nasceram os meus filhos. Em 2017 fomos para os Estados Unidos, para o Estado da Geórgia, e aí vivemos apenas 1 ano. O nosso destino seguinte foi a Indonésia e vivemos 4 anos em Jacarta. Após a pandemia, e tendo surgido a oportunidade de eu poder lecionar integralmente numa escola internacional, fomos viver para o Brasil, Porto Alegre, onde estivemos até junho de 2023.

Qual foi a sua motivação para o regresso a Portugal?

Voltar para Portugal era sempre um objetivo de família que foi antecipado pela minha separação e pela necessidade de estar mais perto da minha família e ter o suporte emocional de que precisava naquele momento.

O regresso foi sozinha ou em família?

Felizmente voltamos todos para Portugal, já oficialmente separada do pai dos meus filhos.



Qual a atividade que estão a desenvolver neste momento e em que zona do país?

Somos ambos professores em escolas internacionais. Eu desenvolvo mais o meu ensino da língua portuguesa em PLN. Vivemos e trabalhamos na zona de Cascais.

Como conheceram os apoios financeiros do Programa Regressar?

Tive conhecimento do Programa Regressar quando vivia na Indonésia através das redes sociais e de anúncios nos órgãos de comunicação.

Correu bem o processo de candidatura?

Inicialmente foi um pouco difícil encontrar informação

detalhada sobre o que era necessário e se tinha as condições necessárias para me candidatar. No entanto, após encontrar a informação *on-line* tudo fluiu mais facilmente.

A comunicação com o gabinete foi sempre feita quer por telefone quer por *e-mail* e recebi sempre respostas esclarecedoras às minhas dúvidas.

Em novembro de 2023 recebi o apoio financeiro que me permitiu arrendar uma casa para mim e para os meus filhos e consegui ativar o desconto de 50% nos impostos.

Foi importante receber esse apoio do Programa Regressar?

A minha tomada de decisão de regressar para Portugal, foi em parte motivada pela existência deste incentivo financeiro que me ajudou a reorganizar parte da minha vida em Portugal e a dar alguma estabilidade emocional aos meus filhos.

Programa Regressar



José Albano
Diretor Executivo do PCRE



VIAGEM LUSITANA

Fátima

Peregrinar ou Passear em Fátima é colecionar Rosas Misteriosas e de Recordação, atendendo que Fé e Ciência procuram como Divinas e Seculares Mensageiras revelar e resguardar o Ser do Enigma da Vida

*Nossa Senhora, Rainha de Portugal.
Na Escuridão, Milagroso Roseiral.
Com Terço Rosas ofereces.
Rainha de Portugal, ouve nossas Preces.*

*De Rosas sonhei.
Em Milagres pensei.
Fátima – o Santuário.
De Nossa Senhora do Rosário.
Pão / Moedas em Rosas se transformaram.
A Rainha Santa Isabel abençoaram.
Milagre das Rosas –
Lendária Realidade de outrora.
Rosa – Flor de Nossa Senhora.*

1917 – Cova de Iria

*Milagre em Portugal –
Cantinho Espiritual.
Os Pastorinhos “conhecer”.
Rosas receber.
Deus Senhor três Pastorinhos escolheu –
Ao Mundo um Milagre ofereceu.
Nossa Senhora com Luz apareceu.
Com Bênção a Fé à Esperança deu.
Um Anjo alumiado.
O Ser da Paz consagrado.
O Terço rezar.
Na Via Sacra caminhar.*

Somos todos Pastorinhos.
Ouvindo Divina Voz –
Construindo caminhos.
A Vida a Deus Poderoso pertence.
De Mãos dadas o Bem vence.
Basílica de Nossa Senhora do Rosário.
Milagroso Santuário.
Basílica da Trindade.
Altar da Espiritualidade.
Com Fé, Esperança e Coragem caminhar –
Com Confiança – para o Mundo rezar:

“Nossa Senhora do Rosário ouve nossos Corações.
Rezamos com os Pastorinhos as crentes Orações.”

Passado e Presente.
Visitante e Crente.
O Milagre glorificar.
A História contar.
Os Três Pastorinhos do Milagre contaram.
Com fiel Crença um difícil Caminho andaram.
Ao Mundo transmitiram a luminosa Mensagem:

“Aceitar a Fé – é caminhar com Coragem!”

Nossa Senhora do Rosário –
Com Luz ofereceste o Santuário.
Para o Mundo –
Sagrado Coração a rezar.
Procissão das Velas abençoar.

Perante a Capelina.
Luminosa Santinha.
Rosas e Espinhos na Vida.
Altar do Mundo convida.
O Mapa de Fátima contemplar.

Entre Céu e Terra muito para contar.
A História do Mundo apresenta Mistérios.
A Ciência investiga Facetas e Critérios.
No fim da Peregrinação.
Mensagens e Recordação.
Rosas oferecer.
Olhar no Futuro conhecer.
Nossa Senhora do Rosário – Divindade.
Rainha Santa Isabel – Santidade.
Preces e Agradecimento recebem.
Milagrosa Luz ao Mundo oferecem.
Rainhas de Portugal.
Rosas e Natal.
O Terço rezaram.
Suas Vidas –
À Fé, Esperança e Coragem consagraram.

No Caminho da Fé peregrinar.
Na Estrada da Vida caminhar.
História e Milagre uma Aliança.
Saber e Coragem oferecem Esperança.

Com Luminosas Velas e Lenços Brancos do Adeus –

P. S.
Quando a Casa voltar,
Acender a Vela no Altar.
No dia que chegar a Escuridão.
Recordar –
Rosas de Divina Bênção ...ou Recordação.

Boa Viagem.



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



FALAR PORTUGUÊS

As regras de português nascem nos livros?

Não será impossível imaginar um mundo em que uma qualquer espécie de símio inventasse palavras – mas só isso. Nada de regras para criar frases a partir dessas palavras. Esse animal imaginário – levemente parecido connosco, que somos conhecidos símios sabichões – saberia dizer:

- Árvore!
- Céu!
- Tigre!

Imagino que as palavras fossem úteis para apontar para a árvore que cai, o céu que escurece, o tigre que aparece com vontade de comer macacos falantes.

Mas, e depois? O que aconteceria?

– Ainda me lembro bem do tempo em que vivíamos perto daquele lago... Aquele lago a que chamávamos Grande Poça Divina! Bons tempos... E ainda o Grande Chefe estava vivo e eu vivia com a Carla...

Não, esta frase nunca sairia das bocas desses seres inventores de palavras. Não haveria regras e, logo, para eles poderia sair qualquer coisa como:

– Lembrar. Tempo. Viver. Lago. Perto. Nome. Lago. Poça. Tempo. Bom. Chefe. Vivo. Carla. Casa.

Nem Grande Poça Divina seria possível, pois «grande» e «divina» já seguem algumas regras de concordância e colocação... E, para dizer a verdade, a sequência de palavras que inventei segue uma vaga ordem que talvez seja um pouco excessiva para os nossos seres produtores de palavras.

As regras dizem-nos onde pôr as palavras, por que ordem, como transformá-las de acordo com o tempo, entre muitas outras coisas.

Que regras são estas? São regras que nos dizem como mudar a forma das palavras (por exemplo, passar de «falar» para «falei») ou como pôr as palavras numa determinada ordem («o cão» e não «cão o»).

Há línguas que preferem usar a forma das palavras (o turco, por exemplo), enquanto outras investem na ordem das palavras (o chinês, por exemplo) – embora, na verdade, quase todas usem ambas as estratégias aqui e ali para criar frases com sentido a partir das palavras individuais.

Em português, por exemplo, se disser «O João falou com a Maria.», estou a usar a forma da palavra «falar» para mostrar que o verbo está no pretérito passado e a ordem das palavras para mostrar que o sujeito é o João, e não a Maria. «A Maria falou com o João.» usa as mesmas palavras, com a mesma forma, mas em ordem diferente.

Este uso das especiarias gramaticais (ordem e forma) varia de língua para língua e de época para época – o latim usava muito mais a forma das palavras para determinar a sintaxe (e é, assim, chamada uma língua mais sintética do que as línguas latinas), enquanto as línguas latinas tendem a usar palavras diferentes numa determinada ordem para chegar ao mesmo sítio (e são, assim, línguas mais analíticas do que o latim).

Todas as línguas têm partes de palavras e palavras inteiras que são peças da maquinaria gramatical. Por exemplo, no verbo «falei», o «-ei» é um pedaço de palavra que lhe dá a forma particular do pretérito perfeito do indicativo (na primeira pessoa). Já na frase «falei de ti», o «de» é uma preposição que liga o verbo ao «tu», que também está numa forma particular (por causa da função sintáctica que tem na frase). Tanto o «de» como o «ti» são peças da maquinaria da língua.

Mudam muito mais lentamente – e raramente aparecem novos companheiros nas suas categorias (preposições e pronomes).



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

Políticos sem prática

Já imaginou ser operado por um cirurgião que conhece todos os manuais de medicina, domina a anatomia com rigor académico, mas nunca segurou um bisturi? Que nunca enfrentou uma hemorragia inesperada ou tomou decisões sob pressão? Seria impensável — e até irresponsável — permitir tal prática sem experiência real.

Contudo, é isso que toleramos na esfera política. Muitos governantes têm currículos teóricos brilhantes, mas nenhuma vivência prática. Sabem diagnosticar, discursar e desenhar modelos, mas nunca lideraram equipas, nem enfrentaram as consequências reais das suas ideias.

Este desfasamento entre teoria e prática é cada vez mais comum nas democracias modernas. Multiplicam-se os políticos com carreiras ancoradas na academia, nas juventudes partidárias ou em nomeações. Nunca criaram valor no mercado. Nunca assumiram riscos empresariais. Ainda assim, decidem sobre temas que afetam milhões.

As suas decisões partem, muitas vezes, de ideias não testadas, aplicadas como se o país fosse um laboratório. Se correr bem, o partido colhe os frutos. Se correr mal, a penalização resume-se a perder eleições. Mas os custos reais — falências, desemprego, inflação ou degradação dos serviços — recaem



sobre os cidadãos. No fim, muitos regressam ao conforto das universidades, dos organismos internacionais ou dos gabinetes partidários, sem qualquer responsabilização direta. Este modelo protege a retórica e ilib a má governação. É evidente que medidas como a redução do horário de trabalho, o aumento de salários ou o alargamento de benefícios sociais devem ser debatidas. Mas também devem ser testadas e avaliadas em contextos reais. Caso contrário, tornam-se apenas exercícios teóricos — bem-intencionados, mas arriscados.

Propõe-se, por isso, um modelo de validação prática. Partidos com um mínimo de cinco deputados poderiam aceder a um fundo público — cerca de 20 milhões de euros — para criar e gerir empresas-piloto onde aplicassem as suas ideias políticas. Estes projectos serviriam como laboratórios de governação responsável, com resultados mensuráveis antes de qualquer aplica-

ção nacional. Este fundo estaria sujeito a auditorias externas, relatórios públicos e supervisão por contabilistas certificados, com penalizações em caso de má gestão.

O objectivo: promover a responsabilidade política baseada em resultados concretos.

Se um partido defende habitação acessível sem lucro imobiliário, pode comprová-lo com projetos reais. Se propõe licença parental de três anos paga a 100%, terá a oportunidade de demonstrar a viabilidade financeira e social da medida.

A democracia torna-se mais robusta quando as ideias não são apenas debatidas, mas postas à prova. Tal como exigimos experiência e competência a médicos, engenheiros ou gestores, também devemos exigir aos políticos um mínimo de validação prática das suas propostas.

Este modelo não elimina a ideologia — ele responsabiliza-a. Exige coerência e capacidade de execução. Os partidos deixariam de ser meras agências de opinião para se tornarem escolas de aplicação responsável.

Está na hora de exigir aos representantes o mesmo rigor que pedimos a qualquer profissional. Porque, no fim, os erros da política não afetam quem os comete — mas todos nós.



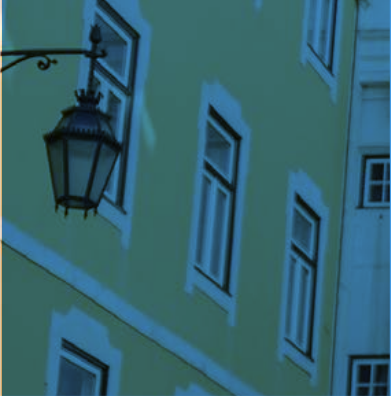
Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



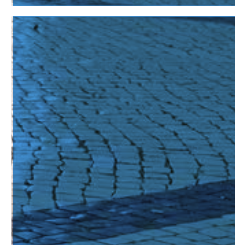
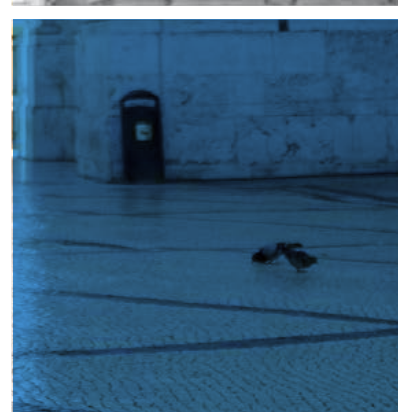
Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt



Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your
number
one agency

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt